

RELATÓRIO DE GESTÃO | 2020



UNICÂMBIO

es
3
j
/

ÍNDICE

- 1. ECONOMIA MUNDIAL E EUROPEIA**
- 2. ECONOMIA PORTUGUESA**
- 3. SÍNTESE DO ANO DE 2020**
- 4. O NOSSO DESEMPENHO NESTE ANO DE PANDEMIA**
 - 4.1. REDE DE BALCÕES**
 - 4.2. MARKETING**
 - 4.3. COMUNICAÇÃO E MARCA**
 - 4.4. RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**
 - 4.5. SERVIÇOS FINANCEIROS E TESOURIA**
 - 4.6. TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**
 - 4.7. CORPORATE**
 - 4.8. COMPLIANCE**
 - 4.9. GESTÃO DE RISCO**
 - 4.10. DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL**
 - 4.11. PARCERIAS**
- 5. EVOLUÇÃO ECONÓMICA**
- 6. SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 7. A PANDEMIA E AS ORGANIZAÇÕES**
- 8. PERSPETIVAS FUTURAS**
- 9. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS**
- 10. REFERÊNCIAS FINAIS**
- 11. FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO DE 2020**
- 12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**
- 13. REFERÊNCIAS**
- 14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 15. ANEXOS**

1. ECONOMIA MUNDIAL E EUROPEIA

As principais Instituições Internacionais, com funções em áreas das questões económicas, apesar das muitas incertezas decorrentes da Covid-19, como os efeitos das novas variantes, vagas e ritmos de infecção, alargamento a estratos cada vez mais jovens e das suas consequências nefastas sobre o dizimar da população, produziram estimativas, para o ano de 2020, sobre o comportamento das economias na Europa e no Mundo, avançando ainda com projecções para os dois anos seguintes 2021 e 2022 com um grau de erro maior, devido ao condicionamento da evolução pandémica e das restrições impostas fruto do combate à pandemia.

ANO 2020

De acordo com as estimativas da Primavera do FMI, as taxas de evolução estimadas para o crescimento real do PIB (%) em 2020, datadas de 6 de abril de 2021 são as seguintes:

Os impactos negativos da Covid-19 foram mais fortes nas economias avançadas do que nas dos países emergentes e em vias de desenvolvimento. Estas últimas, pelo impacto da China, a única grande economia a crescer no primeiro ano de pandemia sanitária.

A economia da China cresceu 2.3% devido aos estímulos fiscais e medidas de apoio às empresas públicas que proporcionaram uma forte recuperação no quarto trimestre da ordem dos 5.8%.

No quadro das economias desenvolvidas verificaram-se, contudo, diferenças muito díspares de evolução que variam entre taxas negativas de -11.0% em Espanha a -3.5% nos EUA, uma diferença da ordem dos 7.5 pontos percentuais.

Das várias atividades económicas, destacamos, duas atividades pela sua quase total paralisação e por serem as que mais importam à atividade da Unicâmbio: o turismo e os transportes.

Turismo

A Organização Mundial de Turismo, OMT, considera que 2020 foi o pior ano na história do sector e estima uma quebra de mil milhões de turistas internacionais no mundo, devido a restrições de vária ordem e redução da procura.

PIB a preços constantes (%)	
Países/Zonas	2020
EC. Mundial	-3.3
EUA	-3.5
Japão	-4.8
Reino Unido	-9.9
Área Euro	-6.6
• Alemanha	-4.9
• França	-8.2
• Itália	-8.9
• Espanha	-11.0
• Portugal	-7.6
Economias Emergentes e em V.de Desenvolvimento	-2.2
• Rússia	-3.1
• China	+2.3
• Índia	-8.0
• Brasil	-4.1
• África do Sul	-7.0

cc
2j
/

Esta quebra originou uma diminuição de receitas no sector da ordem de 1.3 mil milhões de dólares, cerca de 11 vezes mais do que a registada aquando da crise económica de 2009.

A distribuição é desigual pelas diferentes zonas do Mundo, sendo a Europa uma das mais vulneráveis com a maior quebra absoluta de 500 milhões de turistas internacionais, equivalente a uma perda de 71% em comparação com 2019.

No entanto, a maior redução relativa de turistas internacionais, da ordem de 84% equivalente a 300 milhões, registou-se na Ásia/Pacífico face a uma média global no mundo de 74%.

Transportes

Os transportes e o turismo estão muito correlacionados.

Na realidade, são os vários milhares de milhões de turistas internacionais que alimentam, em grande medida, os passageiros dos transportes, designadamente os aéreos.

Com o turismo em situação de elevada depressão económica, os transportes e nomeadamente os aéreos, também colapsaram.

O ano 2020 foi assim um ano desastroso para a aviação civil em termos económicos com as companhias a solicitarem apoios aos respectivos Estados sob pena de abrirem falência.

É o que refletem as estatísticas da International Air Transport Association (IATA) que apontam para uma redução de passageiros na ordem dos 75%. O segmento menos atingido terá sido a aviação de carga, devido a necessidades de abastecimento de material e equipamento médico, nomeadamente entre a Ásia e o Ocidente.

A evolução futura destes dois sectores está muito condicionada pelo evoluir da situação pandémica, mas certamente algumas experiências poderão “criar raízes” como as reuniões de trabalho que se farão cada vez mais *online* com repercussão nas viagens e hotelaria.

es
27

PROJEÇÕES 2021 E 2022

As projeções apresentadas pelo FMI para 2021 e 2022 apresentam-se no seguinte quadro:

A vacinação na União Europeia e nos outros países, com poucas exceções, tem acusado sucessivos atrasos face à programação inicial por falta de abastecimento das farmacêuticas e alguma instabilidade social sobretudo pelos problemas levantados com a AstraZeneca.

No entanto, podem-se apontar algumas tendências genéricas de comportamento. As economias emergentes, e nomeadamente as da Ásia, são as que apresentam condições mais favoráveis de evolução, com os EUA também em destaque, devido aos elevados apoios financeiros da Administração Biden às empresas e aos cidadãos.

A tendência das economias em 2021 terá de ser bem ponderada devido a imprevistos decorrentes das variantes da pandemia dado o elevado grau de transmissão. O avanço embora lento da vacinação reduz as incertezas para 2022. Mas é necessária uma articulação inteligente nesta matéria para que não se entre numa nova onda pandémica generalizada. E um grande risco decorre do grande atraso na vacinação dos países mais pobres, problema ainda não devidamente equacionado, apesar das chamadas de atenção de vários políticos de relevo a nível mundial como o Secretário-Geral da ONU.

PIB a preços constantes (%)			
Países/Zonas	2020	2021	2022
EC. Mundial	-3.3	6.0	4.4
EUA	-3.5	6.4	3.5
Japão	-4.8	3.3	2.5
Reino Unido	-9.9	5.3	5.1
Área Euro	-6.6	4.4	3.8
• Alemanha	-4.9	3.6	3.4
• França	-8.2	5.8	4.2
• Itália	-8.9	4.2	3.6
• Espanha	-11.0	6.4	4.7
• Portugal	-7.6	3.9	4.8
Economias Emergentes e em V.de Desenvolvimento	-2.2	6.7	5.0
• Rússia	-3.1	3.8	3.8
• China	+2.3	8.4	5.6
• Índia	-8.0	12.5	6.9
• Brasil	-4.1	3.7	2.6
África Subsariana	-1.9	3.4	4.0
• África do Sul	-7.0	3.1	2.0



2. ECONOMIA PORTUGUESA

ANO 2020

Segundo o relatório da Primavera do FMI, o panorama da economia portuguesa no ano 2020, é o seguinte:

Crescimento do PIB em termos reais -7.6%, inflação -0.1% e taxa de desemprego 6.8%. Estes valores estão próximos dos estimados por instituições como o Banco de Portugal e INE.

Para uma visão mais ampla da evolução da economia portuguesa no ano 2020, podemos ainda considerar o Consumo Privado que decresceu -5.9%, a FBCF -2.2%, as Exportações -18.6% (nesta variável pesa muito o turismo) e as Importações -12%.

No conjunto da economia merecem destaque:

- O turismo, os transportes e alguns sectores de serviços continuam em depressão, apenas a respirar na base dos apoios de vária ordem do Governo Português que têm sustentado nomeadamente o emprego.
- Pela positiva, há sectores específicos como a construção e a agro-alimentar, esta com um ritmo favorável de evolução em produtos tradicionais como o vinho, o azeite e a fruticultura, apesar da pandemia. A agricultura, por outro lado tem estado a introduzir produções novas em regiões como o Alentejo e Algarve, recorrendo cada vez mais a mão-de-obra estrangeira de países vários.

OS ANOS FUTUROS 2021/2022/2023

Com base em dois cenários divulgados pelo Banco de Portugal no seu boletim económico de março último, admitem-se duas grandes incertezas, a evolução da pandemia e o processo de vacinação que se influenciam mutuamente. Estas incertezas dominam a curto prazo. No médio prazo, teremos o grau de confiança dos agentes económicos, famílias e empresas.

Por outro lado, existe ainda a dinâmica da procura externa dirigida à economia portuguesa ao longo do período com efeitos diferentes consoante a sua dinâmica.

cl
J
[Signature]

O Banco de Portugal elaborou cenários de evolução da economia portuguesa que designou de Cenário Favorável (I) e Cenário Adverso (II), analisando-se com o Cenário de base.

PIB (%)				
Anos	2020	2021	2022	2023
Cenário Base – (março de 2021)	-7.6	3.9	5.2	2.4
Cenário I	-7.6	4.7	5.4	2.3
Cenário II	-7.6	1.6	3.2	3.2

Assinale-se que sobretudo entre o cenário base e o cenário adverso as diferenças são significativas nos anos 2021 e 2022, o que induz uma recuperação mais fraca e deslizando no tempo.

A construção do cenário favorável assenta numa procura externa dirigida à economia portuguesa bastante dinâmica, num combate à pandemia com efeitos positivos de muito curto prazo e com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 2022 já com eficácia objectiva. Neste cenário, a recuperação da actividade económica do nível pré-pandemia será possível ser atingido nos finais de 2022, o que será obviamente muito discutível, sobretudo com os últimos comentários a apontarem para atrasos no início do PRR.

A construção do cenário adverso diverge sobretudo em termos de procura externa. Neste cenário, a recuperação da actividade económica do nível pré pandemia ultrapassa o período em apreciação apontando para a retoma em 2024.

Talvez um cenário intermédio mais próximo do cenário base se torne o mais ajustado, dados os factores conhecidos em jogo designadamente algum atraso nos fundos comunitários, apontando-se para atingir o nível pré pandemia nos finais de 2023.

Quanto aos setores identificados com maior impacto na Unicâmbio, quer na atividade de câmbios quer nas transferências de dinheiro destacam-se:

Turismo e Transportes

No quadro da economia portuguesa quando falamos em turismo, queremos abordar basicamente os subsectores da hotelaria, restauração e alojamento local em articulação com o seu motor adjunto transporte aéreo.

Ora segundo as observações dos grandes operadores mundiais incluindo a IATA, parece certo que o setor da aviação só voltará aos níveis de 2019, por altura de 2024 / 2025.

Esta tendência mundial poderá ser atenuada no caso português, pelo maior ou menor dinamismo dos principais mercados emissores e, em particular, ao nível do Reino Unido, EUA,

Canadá e Brasil, com evoluções que serão por certo, muito dispares nos próximos dois ou três anos.

Tudo ponderado parece provável que em 2021 os movimentos turísticos internacionais se possam vir a fixar nos 35% de 2019, podendo atingir os níveis de 70% e 80% em 2022 e 2023.

Construção e Obras Públicas

O sector da construção, apesar de algumas incertezas, tende a manter uma evolução globalmente positiva no ano de 2021, prevendo as duas grandes associações AICCOPN e AECOPS uma taxa média de crescimento de 2,2% com diferenças de comportamento consoante se trate de construção residencial onde se espera uma descida de -1%, a construção não residencial apresenta tendências mais incertas e, eventualmente, mais gravosas que em 2020. Para a actividade de Engenharia civil espera-se uma duplicação do crescimento em torno de 6% para o ano em curso face a 2020.

Por outro lado, os fundos comunitários e o PRR com a sua aposta forte na habitação vem dar consistência de mercado à construção a longo prazo, sendo igualmente, plausível um grande contributo das obras face aos projetos de natureza estruturante que se anunciam.

Este é um sector dinamizador de muitas actividades que, de algum modo, não quebrou muito com a Covid, mas que se pode apontar já este ano de regresso ao nível de 2019 em bases muito sólidas.

O maior problema parece residir no recrutamento de mão-de-obra.

Agro-alimentares

A fileira agro-alimentar apresentou em 2020 um bom comportamento nos mercados externos (taxa de crescimento de 6.7%) graças sobretudo à exportação de certos bens como o vinho, azeite, frutas, legumes, flores e plantas ornamentais.

Para 2021, segundo várias associações empresarias ligadas à fileira, as expectativas na exportação continuam de optimismo moderado (4 a 5% de taxa de exportação), nomeadamente a partir do segundo trimestre.

Apesar disso, o nível da produção antes pandemia apenas será atingido em 2022 devido a alguma retracção no mercado interno.

CONCLUSÕES

Apesar das incertezas, aponta-se para a economia portuguesa uma evolução mais favorável em 2021 face ao ano anterior, sendo o arranque do turismo determinante. No entanto, não deixa de significar que a economia portuguesa divergiu dois anos seguidos da média da Zona Euro e só em 2022 retomará a convergência.

Neste contexto, a maior incerteza fica assim ligada à evolução do controlo da pandemia e da procura externa, onde se descortinam alguns sinais positivos, como no mercado do Reino Unido que acusa uma elevada taxa de vacinação, atingindo em breve o índice de imunidade, o que se torna positivo para uma retoma do mercado.

No entanto, na União Europeia as muitas incertezas permanecem, o problema de algum atraso com os fundos de recuperação e a nível político alguns actos eleitorais determinantes sobretudo em França e na Alemanha e, neste último a substituição da Chanceler Angela Merkel, um fator de peso que vem induzir alguma instabilidade na Europa.

A DBRS- Empresa Canadiana de Rating entende que, relativamente à procura turística em Portugal, as incertezas são menores: *“Não houve uma alteração estrutural nas características que antes da crise tornaram o país num destino atractivo para os visitantes globais. As pessoas visitam Portugal por causa dos seus atractivos naturais, bom tempo e boas ligações à Europa. Quando a pandemia estiver controlada, a procura turística no país deverá, eventualmente, recuperar totalmente”*.

De qualquer modo, o regresso da actividade ao nível de 2019 para a economia portuguesa no seu todo, dificilmente ocorrerá, antes de três anos, ou seja, em finais de 2024.

Sendo certo que ao nível dos produtos tradicionais da Unicâmbio, o turismo e o transporte aéreo continuarão a impactar a atividade de cambio manual, num processo que se antevê menos otimista que nas transferências de dinheiro.

Estas irão beneficiar do facto de estarem relacionados com atividades que menos foram afetadas pela pandemia, setores empregadores de mão de obra imigrante, como a hotelaria e restauração, agroalimentar e construção e obras públicas, que apresentam perspectivas de evolução muito favoráveis. Neste último subsector, espera-se que a exemplo do que já aconteceu em períodos recentes o PRR, venha a criar elevados níveis de emprego. A questão é saber, quando se iniciam os correspondentes investimentos e os desejáveis efeitos, que certamente será difícil que ocorram em 2021.

3. SÍNTESE DO ANO DE 2020

O ano de 2020 fica marcado pela Pandemia do Covid 19 e pelas suas terríveis consequências a nível global em termos de vidas humanas, em destruição de valor e na forma de estar e de nos relacionarmos.

Com o início desta pandemia, todos fomos expostos a mudanças profundas na nossa vida, exigindo uma capacidade de adaptação sem precedentes, quer seja ao nível pessoal, quer seja ao nível profissional.

A criação do Gabinete de Crise logo no mês de março é a primeira resposta da Unicâmbio às consequências da Pandemia, sendo constituído pelo órgão de Administração e Direções da Unicâmbio.

A sua missão consiste em definir a conceção e coordenação de todas as políticas e ações visando a adaptação às condições de evolução do quadro pandémico.

Ele tem sido a resposta global e o envolvimento da estrutura diretiva da Unicâmbio numa atuação permanente visando a reorganização da empresa e a procura de soluções adequadas.

O sentido de responsabilidade, de disponibilidade e de entreajuda tem sido determinante e a procura do sucesso será um exemplo que se projetará sobre o futuro da Unicâmbio.

O impacto sobre a Unicâmbio é enorme e de consequências ainda não totalmente determinadas. Nem a crise que vivemos em 2001/2003, com o processo de adesão à moeda Euro, tem possível comparação.

Não obstante esta experiência e a forma como a ela resistimos e ultrapassámos, tem-nos ajudado a encontrar as soluções que minimizem os impactos desta Pandemia.

Estávamos no início do processo de transição para as soluções digitais e com a nossa atividade ainda maioritariamente concentrada no câmbio manual, logo seguida pelas transferências de dinheiro.

A enorme redução do tráfego aéreo e a redução a zero do movimento nos portos de Lisboa e Funchal, determinaram uma redução muito significativa na atividade do câmbio manual, menos sentidas nas transferências de dinheiro.

Assim, a redução do volume de negócio atingiu num só ano, números nunca imagináveis. Desde logo e, apoiados no Gabinete de Crise, foram implementadas políticas de contenção de custos que, todavia, não conseguiram acompanhar a redução dos proveitos.

A sólida situação financeira, conseguida através de práticas responsáveis, permitiram fazer frente aos primeiros embates e com responsabilidade definir a estratégia e as políticas

conducentes à reorganização da Unicâmbio para os tempos de Pandemia e para os próximos anos.

A Unicâmbio tem um nível de exposição muito grande ao turismo por força da sua atividade de câmbio manual, mas em resultado de ser uma instituição financeira não tem tido apoios dirigidos a esta atividade. Como consequência os apoios do Estado, em tempo de pandemia, resumiram-se ao lay off simplificado e ao apoio à retoma de pouco significado face à dimensão dos prejuízos existentes.

Ao mesmo tempo a pandemia impulsionou um grande processo de reflexão e discussão interna sobre o futuro da Unicâmbio, com a resposta aos novos desafios do mercado e a necessidade de diversificação de produtos.

Tal reflexão teve como consequência a necessidade de se tomarem decisões sobre o processo de transição digital e os novos projetos associados.

Em abril lançámos as transferências por telefone e em julho já estávamos a comprar ouro usado em alguns balcões no quadro de um piloto. A compra de ouro no final do ano estava em quase cinquenta balcões.

A atividade de compra de ouro é o primeiro resultado da ação de um grupo de reflexão para os novos produtos. Este grupo elegeu ainda como novo produto a intermediação de crédito no âmbito de uma parceria com o BBVA e que será formalmente lançado em alguns balcões no decurso do 1º trimestre de 2021.

Salienta-se o grande esforço de investimento em consultoria externa em áreas como a gestão de risco, compliance e risco de segurança que visam complementar o grande trabalho já realizado pelas respetivas direções e capacitar a instituição para os novos desafios e respostas atempadas e eficientes à Regulação.

A Unicâmbio continua a apostar numa política de parcerias, reforçando as já existentes, ao mesmo tempo que alarga o seu âmbito ao nível dos parceiros e produtos.

Em tempo de pandemia e das consequências que se refletiram de forma muito intensa sobre a instituição registaram-se, dois acontecimentos de maior relevância, a renovação dos contratos com a Euronet e a Western Union. Eles são em si mesmo o reconhecimento do trabalho que a Unicâmbio tem realizado ao longo dos anos, a credibilidade e confiança mútua existente e que no caso da Western Union, refletem um percurso de 20 anos.

Em ambos, esse reconhecimento refletiu-se de forma muito positiva numa significativa melhoria das condições contratuais.

Foi assim que enfrentámos o ano de 2020, a partir de uma situação financeira sólida e aliada à enorme resiliência da Instituição, que nos permite olhar para 2021 com a mesma

determinação e vontade, que fazem da Unicâmbio uma história de sucesso com 28 anos de existência.

O universo da Unicâmbio foi substancialmente alargado com duas novas empresas. A Ucambio – Exchange e Money Transfer GmbH, no mês de setembro, participada a 100%, tem como missão principal a implementação do contrato estabelecido com a Western union, para a transferência dos seus balcões próprios, neste País. Passámos a estar presentes em mais uma geografia. E a Finpay, Lda., na qual a Unicâmbio detém 49%, que do capital social, que será o braço tecnológico da Unicâmbio, competindo-lhe o desenvolvimento dos novos projetos da área digital e, em particular o da Wallet.

cr
H
K

CR
JF

4. O NOSSO DESEMPENHO NESTE ANO DE PANDEMIA

O ano de 2020 começou de forma auspiciosa para a Unicâmbio e os resultados obtidos em janeiro e fevereiro faziam antever um resultado económico em linha com os conseguidos em 2019

A partir de março com a intensificação da pandemia e as terríveis consequências na atividade da Unicâmbio, tudo mudou.

Com a atividade nos aeroportos reduzida a níveis até então inimagináveis, o Aeroporto de Lisboa apresentou uma redução de tráfego na ordem dos 70,3% em 2020, e os Terminais de Cruzeiros de Lisboa, sem qualquer movimento, o turismo teve uma redução substancial de atividade.

Assim, e como facilmente se entende, a pandemia teve um impacto significativo no setor do turismo em 2020, levando as receitas a afundarem para 1.457 milhões de euros. Portugal perdeu mais de 17 milhões de turistas. Se atentarmos nos efeitos da pandemia na totalidade do ano de 2020, contaram-se 10,5 milhões de turistas, menos 61,3% do que em 2019.

As consequências sobre o desempenho da Unicâmbio fizeram-se sentir, desde logo, a começar pelo negócio dos câmbios.

A pandemia confirmou 2020 como o pior ano para o setor de turismo internacional e os resultados da Unicâmbio no que respeita especificamente ao negócio dos câmbios confirma esta realidade.

O fecho de mercados importante para Portugal, como o Reino Unido (quebra de 78,5%, relativamente a 2019), o Brasil, os EUA e o Canadá, entre outros, tiveram um impacto tremendo na principal fonte de proveitos da Unicâmbio – o câmbio manual.

O negócio das ATM's seguiu, ainda, com maior expressão a tendência verificada no câmbio manual. Já no caso das transferências de dinheiro o impacto negativo foi menor.

Com todas as restrições conhecidas a Instituição conseguiu manter níveis de desempenho aceitáveis para um Estado de Emergência e de Calamidade.

Foi a resiliência da Unicâmbio que permitiu responder a uma situação como a que temos vivido, aliada a uma sólida situação financeira decorrente de uma gestão prudente, praticada ano após ano.

No atual contexto, impossibilitados de atuar ao nível dos proveitos houve que limitar os danos, começando desde logo por uma adequada contenção dos custos, entre eles, procurando acordos de redução de rendas e de taxas de exploração como foi o caso da ANA / Vinci, de

Centros Comerciais e de outros operadores de infraestruturas; idênticos procedimentos foram feitos ao nível dos principais fornecedores de serviços.

Ultrapassados os primeiros impactos e tomadas as primeiras medidas, intensificaram-se as ações no âmbito da diversificação de produtos. Em resultado, o mês de julho marca o arranque da compra de ouro, nos balcões da Unicâmbio e são dados os primeiros passos para disponibilizarmos uma solução de Crédito Pessoal, para os clientes da Unicâmbio, no âmbito de uma parceria com o grupo BBVA.

Impulsionado pelos esforços bem conseguidos do grupo de trabalho para os novos produtos, no âmbito do criado Gabinete de Crise, outros produtos foram sendo equacionados e analisados, prevendo-se a sua entrada em linha, ainda, durante o próximo semestre de 2021.

Fortemente condicionados pelo quadro Pandémico, não deixamos de encontrar as soluções que contribuam para minimizar os graves problemas com que nos debatemos.

4.1 REDE DE BALCÕES

No início de 2020 foi dada continuidade ao programa de abertura de balcões, com duas novas localizações: o Outlet de Vila de Conde e o centro histórico de Braga, como parte do programa de expansão da rede e em função da avaliação das oportunidades de negócio.

Os constrangimentos que, entretanto, surgiram, por força da pandemia, conduziram a uma significativa redução da atividade comercial, principalmente no negócio do câmbio manual, e levaram à redução dos horários de trabalho e ao encerramento, nuns casos temporário, de diversos balcões.



A contração da atividade foi brutal a partir de março de 2020, com efeitos severos ao longo de todo o ano.

Ao nível da rede de balcões e durante os meses de março (2ªquinzena), abril e maio, a Unicâmbio manteve 32 unidades encerradas.

Com 82 balcões no início do ano, a Unicâmbio foi forçada a encerrar definitivamente, 7 balcões distribuídos entre o norte e o sul do País, e a uma redução de cerca de 25% dos Colaboradores da rede.

A reação à crise provocada pela pandemia dominou assim grande parte da nossa atenção. O rigor e acerto das medidas tomadas e o profissionalismo dos colaboradores demonstraram que a confiança que continuámos a merecer dos nossos clientes foi plenamente justificada.

Durante o ano a Unicâmbio tudo fez para continuar a prestar o serviço de remessas na maioria dos balcões. Com todas as restrições existentes e com a redução dos horários nos períodos de confinamento a seleção dos balcões abertos foi feita no sentido de causar o menor impacto possível aos clientes.

No último trimestre do ano, em virtude do impacto económico-social que a pandemia causou a nível geral, aumentaram as preocupações com a segurança física nos Balcões, nomeadamente aspetos de proteção dos ativos e das pessoas contra assaltos e atos violentos. Foram assim revistos os planos de segurança, reativada a comunicação interna sobre os aspetos críticos de segurança, e tomadas medidas excecionais de salvaguarda das pessoas e bens.

A decisão da Administração de alargar o portefólio de produtos oferecidos, iniciou-se em julho com a compra de ouro, primeiro com um piloto, dirigido a alguns balcões e em finais de dezembro já em mais de metade dos balcões da rede.

A resposta da rede tem estado à altura do desafio e com resultados satisfatórios para o momento que vivemos e que por certo se consolidarão em 2021.

4.2. MARKETING

O ano de 2020 começou com uma missão clara: Enriquecer a oferta nas nossas lojas e fortalecer as parcerias existentes com vista ao contínuo crescimento da Unicâmbio. A fidelização dos clientes era um dos objetivos definidos pretendia-se alargar a base de clientes em todas as áreas de atuação. A parceria mais recente com a Wordline estava a dar os seus frutos e a empresa estava a conseguir uma boa carteira de clientes com bons resultados e feedback positivo dos clientes.

Consolidou-se a gestão dos produtos da empresa e procedeu-se à elaboração dos respetivos planos de marketing, mas em março a pandemia



obrigou a empresa a tomar medidas claras de implementação rápida dos novos produtos e serviços que estavam já em estudo e deixar outras ações previstas em plano em standby.

Assim, num curto período de tempo conseguiu a Unicâmbio lançar no mercado duas novas ofertas que iam de encontro às necessidades e expectativas dos nossos clientes: Serviço de transferências de dinheiro por telefone e Compra de ouro usado! O novo canal de transferências de dinheiro remoto permitiu aos nossos clientes manterem-se seguros no seu lar e utilizarem o serviço de envio/pagamento aos/dos familiares. O serviço de compra de ouro possibilitou oferecer aos nossos clientes as melhores e mais justas avaliações do mercado pelas suas peças de ouro usado.

CÂMBIOS

A atividade core da empresa foi a mais afetada pela pandemia que impactou diretamente nos clientes turistas e que alavancavam a compra e venda de moeda estrangeira. A queda foi generalizada em toda a rede de lojas mas com um impacto particularmente negativo nas lojas do Aeroporto que naturalmente foram os mais afetados pelas medidas de restrição de circulação de pessoas.

A queda face ao período homólogo, no Aeroporto de Lisboa chegou a ultrapassar os 90% nos meses de abril, maio e junho. Em termos de resultados da empresa em câmbios, a queda total superou os 70% e foi generalizada nas compras e vendas, tanto em número de operações como em volume das mesmas.

WESTERN UNION

O ano de 2020 auspicia bons níveis de crescimento na WU com um aumento de imigrantes no nosso País e um maior fluxo de estudantes estrangeiros em Portugal. A pandemia trouxe além de uma enorme restrição à circulação de pessoas, enormes dificuldades financeiras a muitos dos imigrantes em Portugal.

As áreas económicas que mais empregavam estas comunidades foram as mais afetadas, especificamente a hotelaria e restauração. Clientes da Unicâmbio que eram utilizadores do serviço de envio de dinheiro para os seus familiares viram-se “transformados” em clientes recebedores de valores do País de origem para fazerem face às dificuldades financeiras que estavam a sentir, e muitos acabaram por decidir voltar ao seu País de origem.

Ainda assim, e apesar de todos os constrangimentos causados pela pandemia a Unicâmbio decidiu prestar um importante serviço a estas comunidades e a todos os clientes, com manutenção de quase todas as lojas abertas.

A rede de parceiros viu também a sua atividade muito condicionada pelas medidas implementadas em termos de fecho das portas e obviamente também os seus clientes estavam a braços com as dificuldades financeiras acima referidas.

No que respeita aos principais corredores, Brasil continuou a liderar a tabela dos envios. Cabo Verde revelou-se neste ano um corredor de enorme importância e com um excelente nível de crescimento de clientes.

A Unicâmbio conhece bem os seus clientes e as suas necessidades pelo que para fazer face ao momento em que o país se encontrava em resultado da situação de Pandemia COVID 19, e contribuir com as medidas de contingência que se impunham, passou a disponibilizar aos seus clientes um novo canal para que possa realizar a suas transferências via Western Union.

Foram tomadas todas as ações e cuidado para o novo canal ser um processo simples, rápido e com o selo de confiança da empresa.

Em termos de resultados as transferências de dinheiro tiveram um bom desempenho para estes tempos de Pandemia.

CARTÃO PRÉ-PAGO MULTIDIVISAS

O Cartão pré-pago (CPP) da Unicâmbio foi um dos produtos mais afetados em 2020 e a queda de vendas revelou bem a ausência de público, especificamente para o Cash4travel com fortes vantagens para os carregamentos em moeda estrangeira destinado especificamente a quem viaja para fora da zona SEPA.

Foram levadas a cabo iniciativas de divulgação do CPP como o único cartão pré-pago multidivisas disponíveis no mercado nacional. Reforçámos junto de todos os clientes as vantagens do CPP, especificamente a Segurança (não está associado a qualquer conta bancária), maior controle de custos, ampla utilização em toda a rede Mastercard e ser multidivisas e Contactless (característica particularmente importante em época de pandemia), mas ainda assim os resultados ficaram muito aquém das expectativas.

SOLUÇÕES GLOBAIS DE PAGAMENTOS – WORDLINE

Desde 2019 que a Unicâmbio, em parceria com a Worldline, oferece de forma totalmente inovadora, uma solução global de pagamentos, vocacionada para operações com cartões em moeda estrangeira (vantagem adicional e única para pagamentos virtuais Alipay).

2020 começou de forma muito animadora para este novo negócio e a carteira de clientes demonstrava um alto nível de satisfação com a performance destes terminais e das condições comerciais oferecidas. Mais uma vez a pandemia trouxe consigo uma falta de clientes a quem se destinavam especificamente estes terminais e os comerciantes com quem assinamos



contrato viram-se muitas vezes obrigados a fechar as portas por medidas governamentais ou por ausência total de clientela que justificasse a porta aberta.

Foi necessário uma vez mais a Unicambio procurar formas de satisfazer as necessidades dos seus clientes e colocar rapidamente em implementação um produto que estava a ser estudado para lançamento no 2º semestre de 2020 e que viu assim o seu lançamento antecipado – Saferpay.

O Saferpay é uma plataforma de gestão de pagamentos online que permite ao comerciante aceitar o pagamento com cartões nacionais e estrangeiros feitos diretamente da sua página de comércio eletrónico e aceitar o pagamento online das encomendas recebidas por telefone ou via email. Definiram-se várias soluções distintas de acordo com as necessidades do negócio e com oferta dedicada aos novos clientes.

Foram angariados os primeiros clientes do Saferpay, esperando-se confiantes que no próximo ano acentue uma maior procura desta solução digital.

EURONET

A parceria estabelecida em 2015 com a Euronet, aposta numa rede especialmente orientada para o mercado turístico, pelo que a pandemia trouxe consigo quedas enormes nesta área de negócio.

A atividade seguindo historicamente muito de perto a do câmbio manual, registou no período quebras ainda maiores.

OURO

O novo serviço de compra de ouro tem revelado níveis de performance muito positivos e apesar de ter sido lançado em julho fechou o ano com um bom contributo para os resultados da rede comercial. O piloto teve início em 5 lojas estrategicamente selecionadas em todo o território nacional.

A aposta foi obviamente na formação da rede comercial e nos esclarecimentos de todas as dúvidas na avaliação das peças e utilização de todos os meios colocados à disposição da loja. A comunicação assumiu um forte papel na divulgação da nova oferta a todos os clientes da Unicâmbio, mas também a todos os que passassem junto das nossas montras com recurso a vinis autocolantes de grande dimensão que não passavam despercebidos a quem estivesse perto dos balcões Unicâmbio.

Foram definidas três fases de alargamento de rede de lojas e fechou o ano com 46 lojas em funcionamento.

cc
27
/

4.3. COMUNICAÇÃO E MARCA

A Unicâmbio teve uma abordagem comunicacional tendo em conta os seguintes princípios: A Satisfação dos Clientes, Confiança, Transparência, Credibilidade e Eficiência. O plano de comunicação é sempre alinhado com a estratégia de operações da Unicâmbio, contribuindo para a conquista dos objetivos globais do negócio.

Considera-se que as redes sociais, como o Facebook e Instagram, são plataformas essenciais, de modo a estar em contato com os atuais e futuros clientes, pela forma rápida e direta de difusão das suas mensagens. O futuro é o digital e este será o caminho a ser trilhado pela Unicâmbio.



A estratégia da Unidade de Desenvolvimento de Comunicação e Marca teve nestas duas plataformas uma presença regular e conjugada com os meios tradicionais nomeadamente, com meios próprios presentes nos balcões da Unicâmbio.

De acordo com o plano de abertura de novos balcões foi inaugurado no início de 2020 o balcão de Vila do Conde, no Porto Outlet Fashion, e em março também na região norte, a Unicâmbio reforçou a sua presença na cidade de Braga com a abertura de um 2º balcão no centro histórico desta cidade. No primeiro trimestre do ano foram concluídas as obras de requalificação do balcão da Praça da Figueira, que conta agora com um espaço renovado e de grande inovação no atendimento ao cliente.

Os cartazes são de displays digitais, onde a comunicação é alterada numa sequência cronológica de tempo, assim como a tabela de câmbios, que apresenta o câmbio de compra e venda das 55 moedas transacionadas. Na montra o videowall em leds apresenta em destaque os serviços e produtos ao dispor na Unicâmbio.

No âmbito da comemoração do Dia do Pai foi desenvolvido uma Ação de dinamização do cartão pré-pago em associação ao programa TAP& Milles, que permitem aos seus utilizadores acumularem milhas por cada carregamento efetuado.

A Unicâmbio acolheu nos seus processos de comunicação, informação útil e essencial sobre a prevenção do Covid-19, medidas e comportamentos a adotar nesta nova realidade.

Esta temática foi abordada em duas vertentes: clientes e colaboradores.

De forma a responder às necessidades dos clientes, que estando em confinamento, tinham as suas deslocações limitadas, a Unicâmbio lançou um novo produto e canal - as Transferências de dinheiro por telefone; foi estabelecida uma campanha de comunicação ao cliente tanto nos meios digitais (site, redes sociais, televisão e rádio), de forma a chegar ao seu público alvo.



A Unicâmbio tem vindo a encontrar soluções para melhor servir os seus clientes em tempo de pandemia, tendo reforçado a parceria internacional com a Worldline, multinacional líder europeia especializada em soluções de pagamento. O Saferpay é uma plataforma de gestão de pagamentos online que permite ao comerciante aceitar o pagamento com cartões nacionais e estrangeiros feitos diretamente na página de comércio eletrónico.

A Unicâmbio entrou no negócio de compra e venda de ouro usado respondendo a um efeito de procura que se tem acentuado.

As ações de divulgação deste novo produto foram desenhadas para os balcões da Unicâmbio, com incidência para as montras, locais de grande impacto, mas também para os meios digitais.

De acordo com o plano de comunicação da Western Union foram implementadas ações de comunicação para corredores específicos e efetuado a sua divulgação nos meios habituais.

Todo o processo de planeamento, criação e implementação das ações relativas ao serviço de Transferências de Dinheiro é feito em conjugação com as linhas gerais da Western Union.

A Unidade de Desenvolvimento e Comunicação e Marca, tem como um dos objetivos melhorar os processos de Comunicação com o Cliente, percebendo quais as medidas que se podem implementar com vista a tornar o atendimento na Unicâmbio, como uma experiência memorável, com qualidade e satisfação para o cliente.

Assim, foi decidido quantificar estas experiências tendo sido implementado em alguns balcões da Unicâmbio, um dispositivo, que permite ao cliente no final do atendimento fazer uma avaliação do serviço que lhe foi prestado. Através deste input consegue-se fazer a análise, e assim melhorar a experiência dos clientes, tendo como principal objetivo o desempenho de um atendimento de excelência.

O site da Unicâmbio é hoje, a montra no digital, do que fazemos nos balcões da Unicâmbio. Tem estado em constante melhoria quanto aos processos de comunicação com os clientes, parceiros e visitantes. Com o objetivo de consolidar a nossa presença online, o site está totalmente integrado com as redes sociais, o que permite atualizar e informar os seguidores sobre serviços, produtos e outras novidades.

A Unicâmbio tem disponível no seu site o acesso para o Livro de Reclamações online, para que os seus clientes, de forma rápida e cómoda, possam fazer uso desta funcionalidade digital. No que respeita aos volumes globais de reclamações, o ano de 2020 evidenciou um forte decréscimo face aos valores registados anos anteriores.

Tem-se presente que as sugestões e insatisfações, que os clientes nos apresentam são sempre atendidas numa perspetiva de experiência do cliente, formação e prevenção da insatisfação.

Procurou-se manter uma presença regular nos media ao longo de 2020, com destaque para dois momentos: o Serviço de Transferências de Dinheiro Western Union através do uso do telefone, um novo canal que ajuda as famílias a cumprirem as regras de isolamento social e manterem apoio a quem está no estrangeiro ou em Portugal, devido à situação Pandémica que o país atravessa. E um segundo momento, o alargamento do negócio para o novo serviço de compra de Ouro.

As notícias geradas nos meios online e na televisão foram importantes na estratégia de consolidação da marca em termos de visibilidade e prestígio.

4.4. RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Começámos bem o ano de 2020 no Departamento de Recursos Humanos, uma vez que com a criação da “Academia Unicâmbio” no final de 2019, tivemos nos primeiros 2 meses de 2020, 3 turmas de novos colaboradores (12 novos recursos), que iriam reforçar a Equipa dos nossos Balcões, de Norte a Sul, dado que se anunciava a possibilidade de se estar novamente perante um dos melhores anos da Unicâmbio.

Contudo, com o aparecimento do Coronavírus isso não se verificou e tendo nós, Unicâmbio, a nossa atividade muito dependente do Turismo, fomos extremamente abalados tendo de rapidamente que criar mecanismos de adaptação à nova realidade agora vivida, ainda com alguma incerteza no futuro.



No que concerne à área da Formação e apesar de haver períodos de confinamento, não se descurou esta área, muito pelo contrário. Para além das ações obrigatórias devido ao ramo de atividade da Unicâmbio, foram também administradas ações internas, de refresh de conhecimentos, ao nível de procedimentos de Compliance, Segurança e Operações, a maior parte via on line, por plataformas digitais. As formações

presenciais, ainda que de número reduzido, foram todas elas administradas com a devida proteção e cumprindo as regras de segurança.

Evidenciando os aspetos mais relacionados com a área de Recursos Humanos resultantes da pandemia, começou por criar um “Gabinete de Crise” constituído pelo Órgão de Administração e Direções da Unicâmbio numa base diária para o acompanhamento e avaliação do plano estratégico, adaptação das medidas e definir estratégias de atuação face à evolução do quadro pandémico.



Procedeu à Elaboração de um Plano de Contingência COVID 19 com a devida partilha para a Organização, por forma a todos estarem informados de como agir face a alguma situação de suspeita ou confirmação de COVID 19, como também, se definiu as medidas de acompanhamento a estes casos nos seus diversos canais de comunicação hierárquica.

Identificou no seu quadro de pessoal, os colaboradores classificados de risco elevado, no contexto desta pandemia, de modo a poderem ficar em casa, minimizando assim o risco para a sua saúde.

Providenciou as diligências necessárias para dar resposta aos colaboradores com necessidades de assistência à família, pelo encerramento de escolas e creches.

Foi aplicado o Lay-Off Simplificado (Total e Parcial) a partir do dia 1 de abril a 31 de julho, abrangendo mais de metade dos nossos colaboradores, acompanhado este pela redução de horário e encerramento de alguns balcões.

A partir de 1 de agosto e até 31 de dezembro, a Unicâmbio optou pela medida de apoio à desejada retoma progressiva, que consiste na redução do período normal de trabalho.

Houve necessidade de reorganizar o quadro de pessoal para suprir falta de colaboradores em resultado das medidas de Assistência à Família e em resultado da adesão ao regime de Lay off.

Em termos de medidas de segurança providenciou, de acordo com as indicações da DGS, o material de proteção necessário para todo o Universo Unicâmbio: aquisição de viseiras, máscaras e álcool gel.

Foi feita uma parceria com a entidade de HST com a qual a Unicâmbio trabalha há alguns anos, por forma a se conseguir proporcionar rapidamente o acesso a testes à COVID 19, uma vez que trabalhamos com equipas que funcionam em “puzzle”.

Conforme recomendado, também a Unicâmbio aderiu ao Teletrabalho, tendo para isso investido em material tecnológico por forma a equipar os seus colaboradores para, caso a sua função o permitisse, a poderem desenvolver o seu trabalho a partir de casa. Em termos de nº de colaboradores, desde março até dezembro do ano, estiveram cerca de 40 colaboradores em teletrabalho, no conjunto dos 50 colaboradores dos serviços centrais.

4.5. SERVIÇOS FINANCEIROS E TESOURIA

Face ao estado de emergência que se viveu no país foi necessário ajustar e adaptar algumas das ações que se havia planeado para a USFT.

Contudo durante o ano de 2020, a Unidade de serviços de Finanças e Tesouraria - USFT, manteve-se focada a trabalhar nos seus projetos, acrescentado a estes, várias solicitações quer regulatórias que funcionais decorrentes do período atípico em que vivemos.



Esta Unidade envolveu-se no trabalho de centralização das tarefas de natureza financeira das várias empresas do grupo, incrementando assim a sua capacidade de apoiar a este nível estas entidades. A par deste feito deu por finalizada a implementação de sistemas de apoio à área financeira, para ver aumentada a sua eficiência e eficácia na execução de tarefas e apuramento de informação financeira. Desta forma conseguiu ver

melhorada a qualidade da informação de gestão, alguma dela apurada diariamente. A unidade despendeu parte dos seus recursos na elaboração de alterações estruturais nas suas matrizes de controlo da operação, permitindo assim criar sinergias de trabalho entre as várias esferas de ação existentes dentro da USFT.

Apesar de remotamente a Unidade Serviços Financeiros conseguiu materializar as ações de auditoria interna planeadas.

Foi desenvolvido um trabalho conjunto com outras Direções no sentido de ajudar a criar processos e procedimentos para novos produtos lançados em 2020. A acrescentar a estes, foram também desenhados e implementamos processos na Tesouraria Central, que integra a USFT, de forma a agilizar a partilha de informação com a Rede, via Tesouraria. Foram revisitados alguns processos de gestão da Tesouraria Central, provocando nestes uma adaptação que seria inevitável, face ao panorama atual. Estas ações tiveram por base assegurar e salvaguardar questões de segurança de valores e de recursos.

4.6. TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

A atividade desta direção centrou-se em três linhas de ação determinadas pelo apoio às diretivas regulatórias, aos novos projetos e à ação permanente no suporte ao negócio.

Na primeira linha, particular atenção foi dada ao desenvolvimento e implementação do "disaster recovery" no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio e à Política de Gestão de Acessos.

Ao nível dos novos projetos salienta-se o grande apoio no que se refere à Finpay Technology, a construção estratégica da nova empresa delineando as diretrizes de projetos e arquitetura, constituição da equipa e definição dos valores de investimento.

De grande relevo refira-se, também, a implementação das Tele Remessas, enquanto novo canal para suporte de remessas Western Union. Desenvolvido como resposta às dificuldades de acesso físico aos balcões por parte dos clientes tradicionais, foi um sucesso a implementação e operacionalização desta ferramenta que fica como instrumento de futuro. A sua conceptualização permitirá a utilização e desenvolvimento em variadas circunstâncias.

Ainda nesta linha o apoio sistemático, na construção de soluções informáticas para novos projetos como a intermediação de crédito e outros que serão lançados em 2021.

Na linha do Suporte ao Negócio, merece ainda destaque a construção de soluções integradas para novos negócios como é o caso do Ouro, o apoio e desenvolvimento relacionados com a nova frente de negócio na Alemanha, a implementação de medidas técnicas e operacionais que permitiram à Unicâmbio o trabalho remoto, assim como a construção de um framework E-Commerce, que possibilita a clientes de retalho, a venda via website, com solução integrada de pagamento.



Paralelamente às ações mencionadas, existiu e projeta-se a sua continuidade, em forte investimento na Ciber-segurança, com a aplicabilidade quer de medidas táticas quer estratégicas, como por exemplo a construção de um departamento de "Security Information".

4.7. CORPORATE

No início de 2020, a expectativa de desenvolvimento da empresa era altamente otimista, sendo o crescimento do seu volume de negócios uma ambição perfeitamente justificada pela tendência positiva dos resultados dos anos anteriores e pela confiança revelada por todos os relacionados com a empresa, desde os seus clientes aos seus parceiros internacionais.

Contudo, os constrangimentos que a pandemia COVID-19 causou logo a partir do mês de março, ainda não tinha terminado o primeiro trimestre, conduziram a uma brutal redução da atividade comercial na rede de Balcões e dos subagentes vinculados para operações da Western Union. O mesmo se verificou em toda a linha de produtos orientados para as transações de pagamento ou utilização de dinheiro, designadamente os TPA e os ATM, explorados em parceria com as marcas internacionais Worldline e Euronet, respetivamente.

O impacto foi sentido não apenas no processamento de transações geradas na rede, mas também na capacidade da equipa comercial para contratar novos locais onde operar com

esses produtos, naturalmente por força da recessão que se abateu também sobre os comerciantes potencialmente interessados em integrar a nossa rede de parceiros de retalho.



Não obstante, a aposta em linhas alternativas de negócio foi uma decisão bem tomada pela administração, desde logo pela diversificação dos produtos a colocar na rede de parceiros externos, mas também pela aposta no seu crescimento em número de participantes e pontos de venda ativos, o que levou á reestruturação da unidade responsável pela atividade comercial.

PC
Zy

Foi assim constituído o Departamento Comercial Corporate, no início do terceiro trimestre, com a missão de desenvolver a rede de parceiros externos e dinamizar a sua atividade comercial, em torno de um conjunto de produtos com capacidade de acrescentar valor, que incorporou até ao final do ano um grupo de seis colaboradores especializados em funções de vendas e gestão comercial.

4.8. COMPLIANCE

As atividades da Área de Compliance têm visado uma atuação transversal a toda a organização, nomeadamente quanto ao regime de PBC/FT, mantendo-se autónoma e independente, face às demais áreas funcionais, coadjuvando o Órgão de Administração na avaliação dos riscos inerentes.

O intuito elementar centra-se na salvaguarda da confiança na Instituição pelos seus stakeholders, seus colaboradores, por parte dos clientes, parceiros, entidade reguladoras e de supervisão, preservando o nível reputacional, garante da continuidade da atividade de qualquer instituição.



O período de reporte foi especialmente desafiante, no âmbito das alterações legais e regulatórias, assim como, no acompanhamento da atividade. Por força da situação pandémica Covid 19 vivida, exigiu a adaptação a uma nova realidade, novos métodos de trabalho, todavia, continuou-se uma performance ativa procurando alcançar os diversos desafios resultantes de distintos movimentos legais e regulamentares.

Em tempos de crise o aumento dos riscos de conformidade são uma realidade, e, que impõe uma ação reforçada no acompanhamento da atividade de cada instituição.



No plano interno desenvolveu-se o estudo e enquadramento de um novo quadro regulamentar no plano de Governo Interno da Instituições de Pagamento, ainda em consulta pública, todavia, expresso no Aviso 3/2020 do Banco de Portugal por remissão da aplicabilidade das suas normas. O novo quadro regulamentar clarifica obrigações, responsabilidades e cria linhas de reporte direto, quer entre os órgãos sociais, assim como, das funções de controlo interno ou funções essenciais. Um novo quadro regulamentar aliciente e necessário para a sustentabilidade e transparência das instituições.

No plano das áreas de negócio, deu-se continuidade, na medida das delegações e solicitações realizadas, o estudo e implementação dos novos serviços e produtos Core e Não Core.

Manteve-se a monitorização e adaptação de processos internos e políticas institucionais, igualmente no âmbito dos regimes de PBC/FT e RGPD. As ações realizadas foram digeridas à Rede Portugal e onde a Unicâmbio se encontra estabelecida.

É convicção da instituição que é nas pessoas que está o suporte à mudança de mentalidade, e, abertura para o crescimento sustentado, nas melhores práticas e culto pela ética profissional para o cumprimento dos deveres enquanto players no mercado em que a Unicâmbio atua.

Nas relações externas, com Entidades Reguladoras, Entidades Judiciárias e Policiais, a Unicâmbio mantém uma relação transparente e efetiva, mantendo os níveis de celeridade e eficácia e colaboração com estas entidades.

A Unicâmbio manteve os trabalhos de acompanhamento às ações on-site do Banco de Portugal, para o processo de reautorização das instituições de pagamento, decorrente da implementação da Diretiva de Serviços de pagamentos (PSD2), transposta para ordem jurídica portuguesa pelo Decreto-lei 91/2018 de 12 de novembro. Estas ações on-site visam a reapreciação das condições em que as instituições de pagamento e moeda eletrónica se encontram a atuar no setor, à luz dos novos requisitos legais de autorização para o exercício da atividade.

4.9. GESTÃO DE RISCO

A área funcional da Gestão de Riscos desempenha as suas competências de forma independente, com reporte direto ao Conselho de Administração. Ao nível da macroestrutura da Unicâmbio, está integrada no centro corporativo e assegurando de forma autónoma e independente, relativamente às áreas funcionais, a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, através do acompanhamento



continuo promovendo a sua adequação à realidade e às medidas tomadas, visando corrigir eventuais deficiências encontradas no próprio sistema.

Com base na atividade desenvolvida pela Unicâmbio, que atua sempre tendo em conta o cumprimento das regras impostas pela entidade reguladora, são identificados os riscos a que está exposta em cada uma das diferentes áreas de negócio.

Durante o período de referência deste relatório foram realizados trabalhos no sentido de se identificarem eventuais lacunas ao nível do sistema de Gestão de Riscos e nomeadamente na sensibilização de todas as áreas para a importância do seu envolvimento no processo de identificação e mitigação de riscos identificados. Foi dado apoio à criação de uma Política de Gestão de Risco de Segurança e, procedeu-se ao início de trabalhos visando a reestruturação da Função de Gestão de Riscos, com apoio de consultores externos para avaliação e desenvolvimento da mesma.

De referir ainda que, no âmbito da implementação de novas áreas de negócio, foram realizadas análises com a identificação e avaliação dos riscos a que a Unicâmbio ficará sujeita.

4.10. DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

Face ao estado da pandemia e às incertezas quanto ao futuro, mandou a prudência que se configurasse uma atitude de contenção e mesmo de revisão da estratégia de desenvolvimento internacional.



Durante o período procedeu-se à instalação do novo balcão no Aeroporto de Casablanca, localizado na zona pública de chegadas do Terminal 2, como complemento à presença da Unicâmbio no Terminal 1 e na sequência do Concurso Público Internacional, de que saímos vencedores em finais de 2019.

Com os constrangimentos existentes em Portugal e Marrocos a implementação do projeto arrastou-se no tempo e, presentemente, aguarda-se a vistoria final por parte do Regulador para que se inicie a atividade.

Conforme já referido no relatório de gestão do ano anterior, a Unicâmbio concretizou com a Western Union o alargamento da parceria existente a outras geografias. Da maior relevância é o facto de ambas as entidades terem assinado um acordo para que a Unicâmbio passe a operar os balcões geridos diretamente pela Western Union, em todo o território da Alemanha.

Para o efeito a Unicâmbio criou a Ucambio Exchange & Money Transfer, GmbH, empresa de direito alemão, participada por aquela a 100%, com o objetivo de assegurar a operação na Alemanha.

Decorrem os processos relacionados com a operacionalização contratual e a obtenção dos licenciamentos junto do Bundesbank.

Trata-se de um projeto ambicioso, mas que reflete a credibilidade e confiança que a Unicâmbio tem junto de parceiros, no caso, a Western Union. Uma parceria que sai reforçada ao se aproximarem os vinte anos de relacionamento.

As empresas Unicâmbio LTD, do Reino Unido e Unicâmbio SRL, da Bélgica, tiveram, também, o seu início de operações adiado, não sendo previsível que tal venha a ocorrer, em 2021.

A Unicâmbio, SARL AU, de Marrocos viu a sua atividade fortemente condicionada pelo fecho do Aeroporto de Casablanca durante 3 meses e pela redução no tráfego aéreo de 78%, no mesmo Aeroporto durante o ano de 2020. Não obstante a contenção de custos que foi realizada, a empresa terminou o ano com um prejuízo de 190.281,28 MAD equivalente a 17.650,44 Euros.

É de registar que no seu primeiro ano de atividade, em 2019, a empresa fechou o ano com um lucro de 15.298,27 Euros, o que permite antevê que em 2022 a empresa regresse a uma situação de resultados positivos.

A Unitransfer, SARL, sediada em Angola, continuou a ser afetada pela crise económica e financeira e de escassez de divisas que se vivem em Angola, nos últimos anos, agora aprofundada por efeitos da Pandemia.

Face à situação, foi decidido não concretizar a projetada abertura de um segundo balcão no centro da Cidade de Luanda.

A Unitransfer, terminou o exercício de 2020, com um resultado negativo de 68.834.106,32 AOA, sendo o impacto nas contas da Unicâmbio, S.A. de 103.888,96 Euros, em todo o caso, na linha de uma melhoria face ao verificado em 2019, em que o resultado sobre as contas da Unicâmbio foi de 280.659,68 Euros.

4.11. PARCERIAS

Aa parcerias têm sido um fator constante da determinação da Unicâmbio no acesso ao mercado e na procura de soluções integradas para o seu modelo de desenvolvimento.

A primeira parceria é estabelecida em 2002 com a Western Union, para o segmento das transferências de dinheiro. Um relacionamento de quase 20 anos e que faz da Unicâmbio o maior agente da Western Union em Portugal, no quadro de uma parceria de grande sucesso, renovada este ano por mais 5 anos e com significativo incremento do valor.

Seguiu-se em 2014, a PFS, com o estabelecimento do primeiro cartão multdivisas em Portugal.

2016 marca o início da parceria com a Euronet, para o estabelecimento de ATM's, em balcões da Unicâmbio e em localizações de parceiros de câmbios e transferências de dinheiro; parceria esta, renovada em final de 2019, com melhoria significativa das condições comerciais.

Em 2019, é a Wordline que se junta ao leque de parcerias Unicâmbio com as soluções de pagamento em TPA's e com a inovadora proposta de Saferpay.

Em 2020, com a terrível pandemia em pano de fundo a Unicâmbio escolhe o BBVA Crédit Finance, como parceiro para o desenvolvimento de soluções de crédito pessoas.

Para 2021, outras parcerias estão previstas no quadro da política de diversificação de produtos.

Em resumo, destaca-se a grande capacidade da Unicâmbio para encontrar através de parcerias, as soluções de afirmação no mercado e de inovação face aos desafios atuais e futuros.



cr
27

5. EVOLUÇÃO ECONÓMICA

Os impactos desfavoráveis da pandemia provocada pela Covid - 19 fizeram sentir-se em todas as dimensões da UNICÂMBIO. Contudo, foi na vertente do seu desempenho económico que incidiram com maior intensidade, marcando de tal forma o exercício de 2020 que acabaram por transformá-lo no mais desafiante e adverso da história da Empresa.

Nos dois primeiros meses do ano tudo decorreu com normalidade, permitindo perspetivar um exercício em linha com o anterior, tanto em termos de volume de negócios como de resultados obtidos. Mas, a partir de meados de março, o surgimento e rápida disseminação da pandemia provocou a interrupção repentina e prolongada dos fluxos internacionais de turistas, com consequências devastadoras nas receitas da Empresa, de forma particularmente acentuada nos ganhos em operações cambiais.

Comparativamente com o exercício anterior, o total dos proveitos da UNICÂMBIO caiu de cerca de 15,4 M€ em 2019 para cerca de 9,6 M€ em 2020, isto é, uma quebra de 37,6%, consequência dos decréscimos de 57,7% nos ganhos em operações financeiras e de 20,4% nas comissões recebidas. Ainda assim, a referida quebra global foi atenuada pelos



“outros rendimentos” conseguidos, no montante de 787,9 m€, cujas principais componentes foram os subsídios da Segurança Social e os proveitos da venda de ouro. Neste último caso, estamos perante o fruto de um negócio iniciado no exercício em análise, que logo no seu arranque gerou um resultado positivo e do qual se espera no futuro um contributo bem mais relevante para a evolução económica da Empresa.

O cenário descrito, de acentuado decréscimo dos proveitos, implicou a necessidade de rápido ajustamento às novas condições do mercado, obrigando à revisão imediata do plano de investimentos e à máxima contenção de custos possível. No caso destes últimos, o carácter fixo de boa parte dos mesmos e a sensibilidade social da Empresa em relação aos seus colaboradores dificultaram o redimensionamento imediato que as circunstâncias justificavam na perspetiva da sua adequação à quebra registada nas receitas.

Assim, o decréscimo do montante total dos custos quedou-se pelos 23,1%, correspondente à diminuição dos cerca de 14,1 M€ suportados em 2019 para os cerca de 10,8 M€ contabilizados em 2020. Para esse resultado contribuíram, essencialmente, as reduções dos gastos gerais administrativos em cerca de 1.932,7 m€, dos gastos com pessoal em cerca de 726,9m€ e das amortizações IFRS 16 em cerca de 375,8 m€.

A evolução dos proveitos e dos custos da forma anteriormente descrita conduziu-nos ao apuramento de um resultado líquido negativo no montante de 1.238.845,08€.

O quadro seguinte ilustra bem a dimensão da devastação que a pandemia provocou no desempenho económico da UNICÂMBIO, aqui representado através de alguns dos seus principais indicadores:

	2019	2020
Produto Bancário	14.184.378 €	7.914.317 €
Resultado Líquido	1.291.439 €	(1.238.845 €)
Meios Libertos (*)	2.852.163 €	(144.838 €)
EBITDA (*)	3.277.637 €	(347.802 €)
Rendibilidade do Activo Total	8,97%	(8,49%)
Rendibilidade do Capital Próprio	13,60%	(15,23%)

(*) os valores das amortizações IFRS 16 atingiram 945.096 euros em 2019 e 569.246 euros em 2020.

Ou seja, não tendo sido possível compensar as quebras registadas nos ganhos em operações cambiais e nas comissões recebidas com cortes equivalentes nos custos suportados, foi apurado um prejuízo de montante elevado, que se reflete nos restantes indicadores apresentados, traduzindo o desempenho económico menos conseguido da vida da Instituição.

CC
27
[Signature]

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura patrimonial da UNICÂMBIO em 31 de dezembro de 2020 e respetiva comparação com a situação apresentada no final do exercício anterior:

	31-12-2019	31-12-2020
ACTIVO		
Caixa e outros dep. à ordem	7 590 383 €	8 308 355 €
Activos financeiros	315 324 €	278 554 €
Propriedades de investimento	1 252 940 €	1 185 828 €
Activos fixos tangíveis	3 035 408 €	2 446 159 €
Activos intangíveis	30 928 €	29 785 €
Investim. em filiais e assoc.	668 383 €	615 126 €
Activos por impostos diferidos		293 537 €
Outros activos	1 507 644 €	1 429 327 €
TOTAL	14 401 010 €	14 586 670 €
PASSIVO		
Passivos financeiros	196 741 €	47 158 €
Provisões	154 050 €	154 050 €
Passivos por impostos correntes	72 256 €	50 107 €
Outros passivos	4 481 848 €	6 200 251 €
TOTAL	4 904 895 €	6 451 565 €
CAPITAL		
Capital realizado	1 000 000 €	1 000 000 €
Rubricas não reclassif. em result.	-776 107 €	-898 272 €
Lucros Retidos	3 542 377 €	3 743 816 €
Outras Reservas	4 438 406 €	5 528 406 €
Resultado do exercício	1.291 439 €	-1 238 845 €
TOTAL	9 496 115 €	8 135 105 €
TOTAL PASSIVO + CAPITAL	14 401 010 €	14 586 670 €

Salienta-se, desde logo, a importante evidência de que a ação demolidora que a pandemia provocou na evolução económica da Instituição não teve equivalência na sua estrutura patrimonial que permaneceu equilibrada, com adequado grau de cobertura dos seus ativos.

O aumento das disponibilidades em cerca de 718 m€ resultou do recebimento antecipado das contrapartidas relativas à renegociação de contratos celebrados com os nossos parceiros.



No exercício em análise, enquanto os passivos financeiros da Instituição prosseguiram a trajetória descendente verificada nos últimos anos, até atingirem o valor relativamente modesto que apresentam, os “outros passivos” aumentaram cerca de 1.718 m€. Importa, no entanto, esclarecer que 54,5% do montante desta última rubrica apresenta um baixo grau de exigibilidade, porquanto corresponde ao efeito da aplicação da norma IFRS16 e da contabilização das contrapartidas referidas no parágrafo precedente.

Face ao exposto, em termos de liquidez, a Instituição continua a dispor de uma situação muito confortável, a qual tem permitido evitar a utilização da sua capacidade de endividamento, com reflexo evidente no baixo montante dos encargos financeiros suportados.

A situação financeira descrita contou, igualmente, com o importante contributo dos acionistas da Empresa, os quais abdicaram em 2020 da habitual distribuição de dividendos. Deliberaram fazê-lo logo que observaram as ondas de choque provocadas pela pandemia, tendo a imediata perceção da necessidade de robustecimento da resposta que a situação ainda hoje requer.

Não obstante ter sido concretizada a revisão do plano de investimentos referida no ponto anterior, em 2020 a UNICÂMBIO investiu 344.248€, sendo 95.688€ em equipamentos, 232.452€ em investimentos em curso e 16.108€ em ativos intangíveis. À semelhança dos últimos anos, a cobertura financeira do investimento foi assegurada através do autofinanciamento.

Concluindo, as circunstâncias atuais facilmente comprovam o acerto da política de retenção dos meios libertos que a Instituição tem vindo a adotar, conferindo-lhe a robustez financeira em que assenta a capacidade de resiliência que demonstra agora, no difícil contexto em que nos encontramos.



7. A PANDEMIA E AS ORGANIZAÇÕES

Após um confinamento total, iniciou-se um desconfinamento. Passámos por um Verão mais liberto, reabrimos um ano letivo quase idêntico aos anos anteriores e as empresas e lojas abriram as suas portas. Contudo, no final do ano começamo-nos a preparar para um Estado de Emergência e a um recolher obrigatório, ou seja, um novo confinamento, mas desta vez, mais silencioso, mais pesado, mais invernos.

Será necessário passarmos novamente por isto, por forma a darmos a volta e haver um desconfinamento faseado, cauteloso, quase que receoso, mas necessário.

É necessário porque as empresas, as organizações têm de voltar a um registo de atividade que lhes permita gerar os rendimentos necessários para poderem corresponder e cumprir com os seus deveres e obrigações. Para além de haver uma responsabilidade para com os nossos clientes e os nossos colaboradores.

Isso só é possível se regressarmos a uma certa normalidade, em que possamos ir para o nosso local de trabalho, ou mesmo que existam funções em teletrabalho, saibam que podem ter a liberdade de se deslocar, quando quiserem ou quando for necessário. Pois é destes contactos, destas trocas de experiências que nascem ideias inovadoras, novos projetos.

Apesar da reorganização geral obrigatória pela qual todas as empresas passaram, a Unicâmbio sempre quis transmitir que continuava aberta, com os Balcões abertos para os nossos clientes, com os Balcões abertos para os nossos colaboradores e também aberta para novos desafios. Para haver esta inovação, este trabalhar em novos desafios, tem de haver confiança entre quem gere e os colaboradores, tem de haver uma cultura aberta e uma cultura de coragem para assumir que é preciso mudar processos e fazer diferente, sem nunca perder a resiliência e a eficiência.

Apesar de todos pretenderem “o voltar à normalidade”, quase como se quiséssemos “apagar” esta pandemia que nos assolou mundialmente, verificamos que existiram mudanças de comportamento, mudanças de ritmo de trabalho, mudanças de capacidade de resposta, mudanças de produtividade. E isto não passou só pelas pessoas, passou também pelas próprias empresas. Basta verificar a organização e distribuição dos espaços, dos postos de trabalho, do material, dos arrumos, como também, o próprio ambiente de trabalho. Onde em pré pandemia estavam 50 pessoas, agora estão 10. Falta a energia transmitida pelas restantes!

A pandemia confirmou também, que os modelos de trabalho híbridos, que permitem uma maior flexibilidade na forma de trabalho, que permitem um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, são modelos que trazem mais produtividade. Foi efetuado um survey interno aos nossos colaboradores com funções que permitem o Teletrabalho, e as respostas demonstraram que 70% dos colaboradores Unicâmbio estão em sintonia com a possibilidade de se trabalhar num modelo misto.

O mundo mudou e a nossa forma de trabalhar também. Cabe-nos retirar aprendizagens do que vivemos, evoluir e adaptar-nos a este novo contexto. Sabemos que há coisas que podem ser feitas remotamente, mas o presencial tem de se manter, os afetos têm de se manter. A Unicâmbio é uma empresa de afetos, é uma empresa com um ADN muito próprio, muito familiar.



Handwritten signature

8. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2020 será lembrado como o ano em que a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 precipitou uma rutura nunca imaginável no funcionamento das sociedades contemporâneas. Estamos ainda, enquanto indivíduos, enquanto cidadãos e até enquanto famílias, a entender e interiorizar as verdadeiras consequências deste vírus. Só a história conseguirá contar o que conseguimos recuperar parcialmente e o que perdemos de forma permanente. Sabemos, com toda a certeza, que o mundo não será o mesmo, pelo menos nos tempos mais próximos.

A imprevisibilidade da pandemia é a imprevisibilidade da nossa atividade e dos nossos negócios.

Perspetivar o ano de 2021 e seguintes não se afigura fácil. Na Unicâmbio há que resistir, conter os resultados negativos, preparar a retoma, e diversificar e inovar, para se estar mais forte e competitivo. A nossa resiliência e determinação serão a chave do desejado sucesso.



Queremos inovar e reforçar o portfolio da Unicâmbio com uma oferta ajustada ao “novo normal” e que vá de encontro às necessidades dos clientes. É necessário ter novas soluções para angariar novos clientes. É necessário reforçar a oferta para fidelizar os atuais clientes. É necessária uma estratégia que conjugue o passado com o futuro de forma confiante, com a certeza de que sairemos mais fortes desta pandemia.

Como é sabido a Unicâmbio apresenta uma grande exposição ao turismo e atividades conexas que em razão do modelo de negócio e das localizações dos balcões, se projetam na atividade do câmbio manual. Em 2021, a previsão de recuperação do turismo apresenta expectativas muito baixas em resultado das novas vagas da pandemia e das restrições de viagens em países emissores que se deverão estender até ao início do 2º semestre. O objetivo será de fecharmos o ano com uma quebra de 50%, relativamente a 2019, neste segmento de atividade.

O negócio das ATM's segue o modelo do câmbio manual mas com perspectivas, ainda mais pessimistas.

As transferências de dinheiro Western Union, as realizadas ao balcão e as teleremessas, tiveram em 2020 um resultado francamente positivo para um tempo de confinamento. Não obstante o desemprego que está a fustigar setores que empregam mão de obra imigrante, como a hotelaria e a restauração, pensamos que com alguma retoma no 2º semestre de 2021, e com os primeiros impactos do PRR, será possível superarmos os níveis de 2019, contando para isso com o bom desempenho do novo produto – teleremessas.

Os cartões pré-pagos seguem ainda uma tendência próxima dos câmbios, e os terminais de pagamento Worldline esperamos que acompanhem a recuperação gradual nos setores da hotelaria e do turismo de forma geral.

O Saferpay lançado em tempo de isolamento é, também, uma boa solução de pagamento para as reservas em hotelaria e demais operações online.

Depois do seu lançamento em julho, a compra do ouro, pelos excelentes resultados conseguidos, será certamente um produto com elevado potencial de crescimento. A confiança e a credibilidade da marca Unicâmbio são os fatores críticos do sucesso e 2021 será um ano de consolidação de resultados.

Como já referido, a diversificação é hoje um elemento estratégico para a Unicâmbio. A capilaridade e localização estratégica da rede de balcões, a massa de clientes, e a sua fidelização, a par da frequência com que se deslocam aos balcões justificam esta aposta.

É justamente, por isso que nesta linha se iniciaram ainda em 2020, o novo projeto: crédito pessoal, com arranque previsto nos balcões da Unicâmbio no 1º trimestre de 2021.

Depois de analisadas as opções decidiu-se pela parceria com o BBVA Credit Finance e em conjunto queremos disponibilizar uma solução de Crédito Pessoal que permite transformar os projetos dos clientes em realidade, de forma simples e rápida.

Esta nova oferta que é suportada pelo enorme potencial da rede tradicional da Unicâmbio, será também desenvolvido pela área comercial Corporate, ao nível do segmento empresarial.

O segmento Corporate é um segmento muito relevante no tecido empresarial português, razão pela qual iremos lançar no 1º semestre, um produto, gestão de tesouraria vocacionado para os comércios locais.

No mesmo sentido será lançado, igualmente, no 1º semestre, as transferências cross-border de divisas, que serão designadas por transferências Corporate.

As soluções digitais são a parte mais importante da estratégia de diversificação e de adaptação da Unicâmbio às transformações do mercado.

Em projeto nos últimos anos, a wallet, virá a ser lançada no decurso do ano de 2021, impulsionada pela Finpay, empresa recentemente constituída e participada pela Unicâmbio e com consultoria externa, por parte de uma empresa de reconhecido mérito.

Este projeto é o grande desafio da Unicâmbio a par do previsível início da operação da Ucambio, na Alemanha, durante 2021.

9. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS

A Unicâmbio é a 31/12/2020, detentora das participações sociais, nas percentagens que se indicam, nas seguintes sociedades:

1. UNITRANSFER- Casa de Câmbios, S.A. – Sociedade de direito angolano – 49%
2. UNICAMBIO SRL – Sociedade de Direito belga 100%
3. UNICAMBIO, LTD -sociedade de direito inglês 100%
4. FINPAY- TECHNOLOGY – Sistema e Inovação, Lda., sociedade de direito Português 49%
5. UNICÂMBIO SARL AU- Sociedade de direito Marroquino 100%
6. UCAMBIO Exchange & Money Transfer GMBH – sociedade de direito alemão 100%

De referir que as sociedade Unicambio Ltd e Unicambio SRL, não tiveram qualquer atividade desde a sua constituição, e que a sociedade UCAMBIO Exchange & Money Transfer GMBH, encontra-se na fase final da sua constituição.

Por sua vez a sociedade Finpay foi constituída no final do ano de 2021 ainda não tendo no ano de 2020 desenvolvido atividade económica.

10.REFERÊNCIAS FINAIS

Para lá das anotações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras, subsistem as seguintes menções obrigatórias:

- Não houve aquisição nem alienação de ações próprias durante o exercício, nem a sociedade detém em fim de exercício, quaisquer ações próprias;
- Não há dívidas em mora à Segurança Social;
- Não há dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos;
- Conforme disposição do n.º 4 do artigo 397.º do C.S.C. informa-se que no decorrer do exercício de 2020 não foram efetuados quaisquer negócios entre a Instituição e membros dos seus órgãos sociais; e,
- Nos termos do Art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:
 - O Administrador Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo, é o Sócio Gerente da Caerinvest – Investimentos e Participações – Unipessoal, Lda., sociedade que detém 51,80% do capital social da UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.; e;
 - O administrador José Carlos Pereira Lilaia, detém 21,5% do capital social da UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.



11.FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO DE 2020

Não existiram factos dignos de significativo registo após o fecho do exercício.

Algumas expetativas que existiam, sobre uma retoma da atividade induzida pelo turismo e transporte aéreo estão adiadas, na melhor das hipóteses, para o 2º semestre de 2021.

As novas vagas da pandemia que assolaram o país como o Reino Unido e o Brasil e a indeterminação sobre o que sucederá ao nível da América Latina e África, a par das consequências e dos desenvolvimentos sobre a TAP Air Portugal, adensam as expetativas negativas sobre 2021.



12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que, no exercício de 2020, a Unicâmbio registou um resultado líquido negativo apurado de € 1.238.845,08 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e oito cêntimos), o Conselho de Administração propõe, nos termos das disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido negativo do exercício seja transferido para resultados transitados.

A Pandemia traiu as melhores expectativas da Unicâmbio e interrompeu um ciclo de 17 exercícios seguidos de resultados francamente positivos.

Em 29 exercícios, desde o ano de 1992, com exceção dos anos de 1996 e 2002, sempre a Unicâmbio apresentou resultados positivos.



13.REFERÊNCIAS

À semelhança de anos anteriores procuramos sempre partilhar aquilo que fizemos durante o ano em apreço e com a convicção que o que conseguimos, em grande parte, se fica a dever à colaboração, aconselhamento, dedicação e empenhamento de todos os que com a Unicâmbio se relacionaram ao longo do período.

Assim, entende o Conselho de Administração fazer os seguintes reconhecimentos:

1. Em primeiro lugar, a todos os colaboradores da Unicâmbio que com grande disponibilidade, sentido de responsabilidade e determinação nos tem ajudado a ultrapassar situações complexas, destacando-se os da linha da frente que nos momentos mais difíceis da pandemia têm estado nos balcões para o atendimento aos clientes.
Destacamos o apoio e dedicação de todos para juntos conseguirmos superar todas as dificuldades.
Agradecemos por todas as conquistas que alcançámos juntos, como também, por todas as dificuldades que conseguimos superar.
2. Ao Senhor Presidente da Assembleia Geral pela forma eficaz como sempre conduz as nossas Assembleias e pelo seu envolvimento e interesse em tudo o que se relaciona com o acompanhamento e desenvolvimento da empresa.
3. Ao Fiscal Único e Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, na pessoa do Dr. Carlos Grenha, pelo trabalho que tem desenvolvido e o seu aconselhamento sempre pronto e eficaz em todas as áreas e atividade da empresa.
4. À empresa Consultores Portugueses de Gestão, Lda. na pessoa do Dr. Luís Caeiro, responsáveis pela Auditoria Interna, pela colaboração desenvolvida e pelos comentários e sugestões que sempre refletem nos seus Relatórios e em reuniões com os diferentes departamentos da Unicâmbio.
5. Ao Órgão Regulador, Banco de Portugal e, em particular aos seus Departamentos de Supervisão Prudencial e Comportamental e de Investigação e Ação Sancionatória pela disponibilidade sempre manifestada para os esclarecimentos e aconselhamento relacionados com a nossa atividade.
6. À ANA – Aeroportos de Portugal, pelo relacionamento que temos mantido desde 2010, consubstanciado na colaboração, cooperação e confiança mútua, e que muito tem contribuído para o desenvolvimento da atividade nos Aeroportos.
7. Ao Banco Central de Cabo Verde e demais instituições financeiras internacionais, pela cooperação que vem mantendo com a Unicâmbio.

8. Aos Bancos com quem a Unicâmbio se vem relacionando comercialmente ao longo dos anos e construindo ano após ano uma relação sólida e de mútuo interesse, como tem sido o caso do Millenniumbcp, Novo Banco, Caixa Geral de Depósitos e Eurobic.
9. À Western Union, com quem iniciámos a parceria em 2002 e que a partir de janeiro de 2014 foi aprofundada com a passagem a agente direto, em regime de exclusividade no segmento das Agências de Câmbios e Instituições de Pagamento, parceria e agora renovada por um novo período de 5 anos.
10. À Euronet, pelo apoio prestado ao desenvolvimento desta área de negócio e pela renovada confiança bem expressa na extensão do contrato materializada no decurso do exercício.
11. À CBK Insurance Broker, empresa corretora dos seguros da Unicâmbio pelo seu aconselhamento e disponibilidade pela procura das melhores soluções para o negócio
12. À ADBD Communicare, Consultores Associados, agência de comunicação com quem a Unicâmbio trabalha há vários anos, pelo apoio constante e dedicado que sempre nos prestam a par de uma imensa disponibilidade.
13. Aos Grupos Hoteleiros, Pestana e Vila Galé, com quem mantemos há vários anos uma parceira na área de câmbios.
14. O reconhecimento da Unicâmbio para todos os nossos parceiros de negócio, alguns há muitos anos, e outros que a nós se juntaram nos últimos tempos, como é o caso da Wordline e BBVA Credit Finance.
15. À Associação de Empresas Familiares de quem a Unicâmbio é sócia, pela cooperação e participação em iniciativas promovidas por cada uma das partes.
16. Às Autoridades Judiciais e, em particular, à PJ, à PGR e ao SEF, pelo relacionamento existente e pelo apoio manifestado em diferentes circunstâncias e, em particular, no quadro da boa execução do dever de colaborar.
17. E uma palavra de grande reconhecimento aos nossos clientes pela sua fidelização e ajuda no sentido de cada vez fazermos mais e melhor, contribuindo para o sucesso da Unicâmbio.

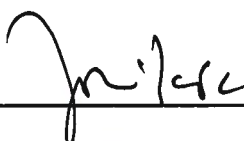
Lisboa, 8 de abril de 2021

CL
J
M

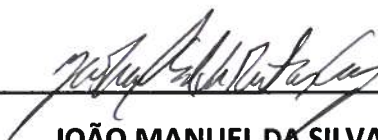
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAULO JORGE SEIXAS DE CASTRO JERÓNIMO



JOSÉ CARLOS PEREIRA LILAIA



JOÃO MANUEL DA SILVA MATOS DA CRUZ

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

cc
27
[Signature]

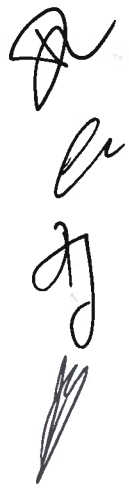
*De
ce
7
[Signature]*

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2020

Abril de 2021



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2020.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2020.....	5
• Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	6
• Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2020.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2020.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	13
4. Caixa e Disponibilidades	17
5. Ativos financeiros detidos para negociação	19
6. Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados.....	19
7. Propriedades de investimento	20
8. Outros Activos tangíveis.....	21
9. Activos intangíveis	22
10. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	23
11. Outros Activos.....	28
12. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	29
13. Provisões.....	29
14. Outros Passivos.....	30
15. Capital.....	31
16. Lucros Retidos e Outras Reservas.....	31
17. Margem Financeira.....	32
18. Rendimentos e Encargos de e com serviços e comissões.....	32
19. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido).....	33
20. Resultados de Reavaliação cambial	33
21. Outros Resultados de Exploração	33
22. Custos com o pessoal.....	34
23. Gastos Gerais Administrativos.....	34
24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35
25. Imposto sobre o Rendimento	35
26. Eventos subsequentes.....	37
27. Informações exigidas por diplomas legais	37
28. Subsídios à Exploração.....	38
29. Impacto da pandemia Covid-19.....	38
30. Outras Informações.....	40

2
a
7
b

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO
Balço - Modelo Regulamento Execução (EU) n.º 680/2014

Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
 Base de reporte individual - NIC

Ano: 2020
 Mês: Dezembro

	Notas	Dezembro 2020	Dezembro 2019
ATIVOS			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais	4	8 308 354,61	7 590 383,42
Dinheiro em Caixa		3 632 392,03	6 202 544,10
Outros depósitos à ordem		4 675 962,58	1 387 839,32
Ativos financeiros detidos para negociação		62 099,17	101 897,68
Instrumentos de Capital Próprio	5	62 099,17	101 897,68
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		216 454,66	213 425,77
Instrumentos de Capital Próprio	6	216 454,66	213 425,77
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	10	615 126,33	668 382,59
Ativos Tangíveis		3 631 987,22	4 288 347,88
Ativos Fixos Tangíveis	8	2 446 159,13	3 035 408,09
Propriedades de investimento	7	1 185 828,09	1 252 939,79
Ativos Intangíveis		29 784,50	30 928,30
Ativos Intangíveis	9	29 784,50	30 928,30
Ativos por impostos		293 536,72	-
Ativos por impostos diferidos	25	293 536,72	-
Outros ativos	11	1 429 327,25	1 507 644,29
ATIVOS TOTAIS		14 586 670,46	14 401 009,93
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVOS			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		47 157,77	196 741,47
Outros passivos financeiros	12	47 157,77	196 741,47
Provisões		154 050,00	154 050,00
Provisões	13	154 050,00	154 050,00
Passivos por impostos		50 106,59	72 256,05
Passivos por impostos correntes	25	50 106,59	72 256,05
Outros passivos	14	6 200 250,89	4 481 847,75
PASSIVOS TOTAIS		6 451 565,25	4 904 895,27
Fundos Próprios		1 000 000,00	1 000 000,00
Capital realizado	15	1 000 000,00	1 000 000,00
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados		(898 271,82)	(776 107,45)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas		(898 271,82)	(776 107,45)
Lucros Retidos	16	3 743 815,90	3 542 377,16
Outras Reservas		5 528 406,21	4 438 406,21
Outros	16	5 528 406,21	4 438 406,21
Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		(1 238 845,08)	1 291 438,74
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		8 135 105,21	9 496 114,66
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		14 586 670,46	14 401 009,93

A Administração

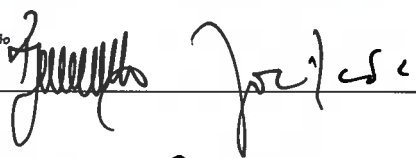
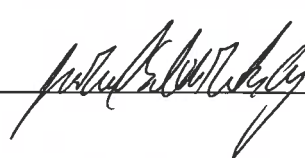
O Contabilista Certificado

Domínguez Patricio Pita

Demonstração de Resultados - Modelo Regulamento Execução (EU) n.º 680/2014

	Notas	Exercícios	
		Actividade Global	
		Dezembro 2020	Dezembro 2019
Juros e Encargos similares		(44 460,84)	(72 990,23)
Margem Financeira	17	(44 460,84)	(72 990,23)
Rendimentos de serviços e comissões	18	4 607 276,29	5 786 445,68
Encargos com serviços e comissões	18	(542 186,47)	(628 042,19)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	19	(168 230,34)	(283 524,32)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	20	3 676 693,76	9 226 195,36
Resultados de alienação de outros activos	8	48 181,00	52 250,00
Outros resultados de exploração	21/28	337 044,02	104 043,67
Produto bancário		7 914 317,42	14 184 377,97
Custos com o pessoal	22	(4 581 943,08)	(5 308 858,22)
Gastos Gerais administrativos	23	(3 716 937,55)	(5 649 653,05)
Amortizações do Exercício	8 / 9 / 24	(1 086 307,55)	(1 539 504,32)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10	(7 699,38)	(21 219,53)
Resultado antes de impostos		(1 478 570,14)	1 665 142,85
Impostos sobre o rendimento do período		239 725,06	(373 704,11)
Correntes	25	(53 811,66)	(373 704,11)
Diferidos	25	293 536,72	-
Resultado após impostos		(1 238 845,08)	1 291 438,74
Resultado líquido do período		(1 238 845,08)	1 291 438,74

A Administração

O Contabilista Certificado



Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Rubricas	Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		1 000 000,00	(599 215,61)	818 286,88	2 699 119,33	3 258 120,85	1 705 256,31	8 881 567,76
Aplicação do resultado do exercício de 2017								
Transferência Resultados Transitados	15	-	-	-	-	284 256,31	(284 256,31)	-
Transferência Reservas Legais	15	-	-	171 000,00	-	-	(171 000,00)	-
Transferência Outras Reservas	15	-	-	-	750 000,00	-	(750 000,00)	-
Distribuição de Dividendos	15	-	-	-	-	-	(500 000,00)	(500 000,00)
Reserva de Reavaliação	15	-	(176 891,84)	-	-	-	-	(176 891,84)
Resultado Líquido Exercício de 31 de Dezembro de 2019		-	-	-	-	-	1 291 438,74	1 291 438,74
Rendimento Integral do período		-	-	-	-	-	1 114 546,90	1 114 546,90
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		1 000 000,00	(776 107,45)	989 286,88	3 449 119,33	3 542 377,16	1 291 438,74	9 496 114,66
Aplicação do resultado do exercício de 2018								
Transferência Resultados Transitados	15	-	-	-	-	201 438,74	(201 438,74)	-
Transferência Reservas Legais	15	-	-	130 000,00	-	-	(130 000,00)	-
Transferência Outras Reservas	15	-	-	-	960 000,00	-	(960 000,00)	-
Distribuição de Dividendos	15	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	15	-	(122 164,37)	-	-	-	-	(122 164,37)
Resultado Líquido Exercício de 31 de Dezembro de 2020		-	-	-	-	-	(1 238 845,08)	(1 238 845,08)
Rendimento Integral do período		-	-	-	-	-	(1 361 009,45)	(1 361 009,45)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		1 000 000,00	(898 271,82)	1 119 286,88	4 409 119,33	3 743 815,90	(1 238 845,08)	8 135 105,21

A Administração

[Assinatura]

[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

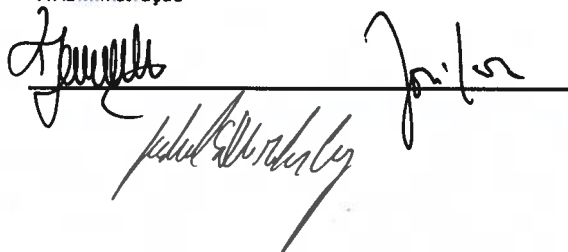
Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Base de reporte individual - NIC

Ano: 2020
Mês: Dezembro
Moeda: EUR

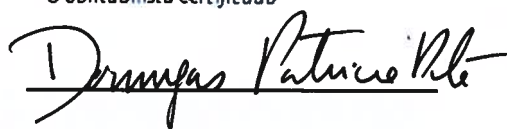
Demonstração Individual do Rendimento Integral

	Ano	Ano anterior
Resultado líquido do exercício	(1 238 845,08)	1 291 438,74
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados	-	-
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados:		
- Diferenças de conversão cambial (IAS 28)	(122 164,37)	(176 891,84)
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	(122 164,37)	(176 891,84)
Rendimento integral do exercício	(1 361 009,45)	1 114 546,90
Atribuível aos acionistas	(1 361 009,45)	1 114 546,90

A Administração



O Contabilista Certificado



Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2020

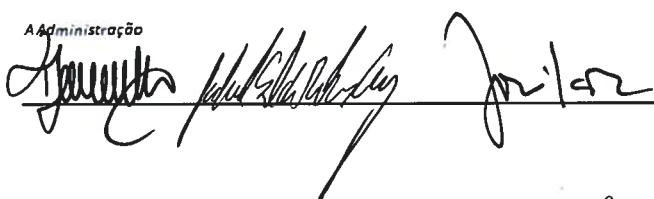
Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Base de reporte individual - NIC

Ano: 2020
Mês: Dezembro
Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	Ano	Ano anterior
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de juros e comissões		6 422 271,21	5 694 685,01
Pagamentos de juros e comissões		(542 107,54)	(648 090,77)
Pagamentos ao pessoal		(4 967 910,14)	(5 222 881,00)
Pagamentos fornecedores		(3 102 481,43)	(6 378 270,59)
Resultados de reavaliação Cambial		4 145 670,15	9 254 594,83
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(75 964,37)	(108 157,33)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativas à atividade operacional		(393 719,32)	(204 009,91)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		1 485 758,56	2 387 870,24
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ao JV		(43 682,41)	(18 903,44)
		(43 682,41)	(18 903,44)
Aumentos/ (diminuições) de ativos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito		(35 197,55)	(667 379,11)
		(35 197,55)	(667 379,11)
Caixa líquida das atividades operacionais (a)		1 406 878,60	1 701 587,69
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Varição de ativos tangíveis e intangíveis		(308 682,79)	(764 852,03)
Varição de partes de capital em empresas filiais e associadas		(267 145,50)	(74 678,04)
Caixa líquida das atividades investimento (b)		(575 828,29)	(839 530,07)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		-	(500 000,00)
Caixa líquida das atividades de financiamento (c)		-	(500 000,00)
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes		831 050,31	362 057,62
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 736 121,91	7 374 064,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8 567 172,22	7 736 121,91

A Administração



O Contabilista Certificado



Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Notas anexas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A.*, é uma instituição de pagamentos com sede em Lisboa, autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento. Constituída inicialmente em 1992 como Agência de Câmbios, alterou o seu objecto e designação social para Instituição de Pagamentos em 2014, e conta hoje com 80 balcões no espaço geográfico do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

A sua actividade principal desenvolve-se no domínio do câmbio manual e das transferências de dinheiro de e para o exterior.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA*, em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

Na preparação das suas demonstrações financeiras a *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA* está sujeita às normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso 5/2015 de 07 de Dezembro e complementadas por outra legislação adicional emitida pelo Banco de Portugal no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

a.1) Impacto da adopção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2020:

- IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio'

Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de actividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os accionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transacção se refere à aquisição de um activo ou de um negócio. Não se registaram alterações significativas decorrentes desta alteração.

- IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projecto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adoptantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objectivo que a reforma

das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. Não se registaram alterações significativas decorrentes desta alteração.

- IAS 1 e IAS 8 (alteração), ‘Definição de material’

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de “material” e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efectuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘actuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não se registaram alterações significativas decorrentes desta alteração.

- Estrutura conceptual, ‘Alterações na referência a outras IFRS’

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de activo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis. Não se registaram alterações significativas decorrentes desta alteração.

a.2) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

- IFRS 16 (alteração), “Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2020)

Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afecta pagamentos devidos em, ou até 30 de Junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que acciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos reflectidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.

- IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2021)

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efectuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efectiva desta última com a da nova IFRS 17. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.

a.3) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IAS 1 (alteração) 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023)
Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afectada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.
- IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022)
Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos activos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos activos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.
- IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022)
Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos directamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra directa e materiais e a alocação de outros gastos directamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos activos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.
- Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022)
Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.
- IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2022)
Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração actualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de actividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adoptar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de actividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.

- IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adopção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectivas da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) actualizar a taxa de juro efectiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.

- IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023)

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efectuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, excepto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectivas com algumas isenções na data da transição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.

- IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objectivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Unicâmbio.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições instituídas pelo Banco de Portugal para as empresas financeiras.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Unicâmbio – Instituição de Pagamentos, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, com base no “fixing” de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

3.2. Estimativas

As estimativas foram determinadas com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento de eventos passados e/ou correntes. Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações, que são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes e em conformidade com o tempo de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas Resultados de alienação de outros activos.

3.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pela Empresa para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que a Empresa desafetou do uso na prestação dos seus serviços e que detêm para obterem rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As vidas úteis consideradas são de 50 anos.

As vidas úteis consideradas para as outras construções (obras) são de 5 anos.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

3.6. Investimentos financeiros

Empresas Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto.

Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwil”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa, após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado de acordo com a legislação aplicável, com base no resultado tributável da empresa.

3.8. Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.9. Caixa e disponibilidades em bancos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.10. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de

práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), e seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, desde que possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

3.11. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.12. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.13. Locações

A Unicâmbio enquanto locatário / locatária

No início de um contrato, a Unicâmbio avalia se este constitui, ou contém, uma locação.

No caso dos contratos que contenham um componente de locação e um ou mais componentes adicionais que sejam ou não de locação, a Unicâmbio, não separa os componentes que não sejam de locação dos componentes de locação, contabilizando, em vez disso, cada componente de locação e quaisquer componentes que não sejam de locação a ele associados como um único componente de locação.

Na data de entrada em vigor, a Unicâmbio reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo seu custo, sendo este composto pelo (i) montante da mensuração inicial do passivo da locação, (ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos, (iii) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário, e (iv) uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário com o desmantelamento e a remoção do ativo subjacente, a restauração do local onde este está localizado ou a restauração do ativo subjacente para a condição exigida pelos termos e condições da locação, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir inventários. Após a data de entrada em vigor o ativo sob direito de uso é mensurado aplicando um modelo do custo.

O passivo da locação é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, sendo que sempre que esta não possa ser facilmente determinada, a Unicâmbio aplica a taxa incremental de financiamento, apurada àquela data. Após a data de entrada em vigor o passivo da locação é mensurado aumentando a quantia escriturada de modo a reflectir os juros sobre o passivo da locação, reduzindo a quantia escriturada de modo a reflectir os pagamentos de locação efetuados.

A Unicâmbio não aplica o descrito acima para contratos de locação cujo prazo seja igual ou inferior a doze meses e contratos de locação com um ativo subjacente de valor inferior a cinco mil euros. Para estes as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

A Unicâmbio enquanto locador / locadora

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.14. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.15. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Caixa e Disponibilidades

Notas sobre os Fluxos– Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a justificação para a rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa decompõem-se como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerário	3 632 392,03	6 202 544,10
Depósitos Bancários	4 675 962,58	1 387 839,32
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais no BALANÇO	8 308 354,61	7 590 383,42
Aplicações de Tesouraria	278 553,83	315 323,45
Descobertos Bancários (Nota 11)	(44 926,33)	(194 769,23)
Ajustamentos para moeda Fora de circulação	25 190,11	25 184,27
Caixa e Equivalentes de caixa na DFC	8 567 172,22	7 736 121,91

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso da Empresa.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Outros passivos financeiros (Nota 12) sob a rubrica de Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Caixa:		
Notas e Moedas Nacionais	1 505 223,66	2 833 127,47
Notas e Moedas Estrangeiras	2 152 358,48	3 394 600,90
	3 657 582,14	6 227 728,37
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 675 962,58	1 387 839,32
	8 333 544,72	7 615 567,69
Ajustamentos em Moeda Fora de Circulação	(25 190,11)	(25 184,27)
	8 308 354,61	7 590 383,42

A 31 de Dezembro de 2020, os ajustamentos em moeda fora de circulação decompõem-se como segue:

Item	Descrição	Imparidade	QTD	Fixing	Valor Total
ZAR	Rand Africa Sul	2017	1 000	16,13	62,01
ZAR	Rand Africa Sul	2019	400	17,09	23,41
ZAR	Rand Africa Sul	2019	1 080	15,78	68,45
SEK	Coroa Sueca	2017	6 090	9,92	613,86
HUF	Forint Húngaro	2017	1 000	312,77	3,20
CNY	Yuan Renminbi China	2017	65	7,84	8,29
CZK	Coroa Checa	2017	1 230	25,49	48,25
BRL	Real Brasileiro	2017	328	3,87	84,82
MAD	Dirham Marrocos	2017	90	11,19	8,05
TND	Dinar Tunisia	2017	325	2,94	110,43
AOA	Kwanza Angola	2017	4 000	185,40	21,57
TRY	Lira Turca	2017	70	4,66	15,01
GBP	Libra Estrelina (Reino Unido)	2017	225	0,88	255,73
INR	Rupia India	2017	1 754 500	76,39	22 968,42
MXN	Peso Mexicano	2019	100	21,22	4,71
NOK	Coroa Norueguesa	2019	6 050	9,86	613,35
KRW	Won da Coreia Sul	2019	20 000	1 296,28	15,43
CLP	Peso Chileno	2019	165 000	831,22	198,50
ARS	Peso Argentino	2019	4	67,20	0,06
DOP	Peso República Dominicana	2019	1 370	59,69	22,95
SAR	Riyal Arábia Saudita	2019	159	4,21	37,77
MOP	Pataca de Macau	2020	50	8,56	5,84
					25 190,11

[Handwritten signatures and initials]

De referir que cerca de 94% do saldo espelha ajustamentos à divisa Rupia Indiana como forma de fazer face a uma decisão do Governo Indiano de retirar repentinamente de circulação as notas de 1.000 e 500 rupias.

5. Ativos financeiros detidos para negociação

A empresa detém 500.001 Acções no Banco Comercial Português, SA, adquiridas por € 165.567,05 sendo que o valor de cotação de mercado em 31-12-2020 é de €61.600,12.

Detém igualmente 84,6897 UP do Fundo FIMA no BIC, com o valor de mercado de 499.05.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos nos ativos financeiros detidos para negociação, valorizados ao respectivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Títulos emitidos por Residentes:		
Reclassificação	-	115 245,12
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	101 897,68	-
Aumento (diminuição) no justo valor	(39 798,51)	(13 347,44)
Justo valor Títulos a 31 de Dezembro	62 099,17	101 897,68
Justo valor Outros a 31 de Dezembro	-	-
	62 099,17	101 897,68

Os activos financeiros valorizados ao respectivo justo valor e os respectivos valores de custo e de mercado, em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram os seguintes:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Valor custo	Justo valor	Valor custo	Justo valor
Acções do BCP	165 567,05	61 600,12	165 567,05	101 400,20
Unidades Participação Banco BIC - FIMA	500,00	499,05	500,00	497,48
	166 067,05	62 099,17	166 067,05	101 897,68

6. Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados

A 31 de Dezembro de 2014, entrou em vigor a Portaria nº 294-A/2013, que regulamenta a operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), para o qual as empresas têm de contribuir com 0,925% da remuneração base dos trabalhadores que contratem a partir de 1 de outubro de 2013. Este valor pode depois ser usado para, em caso de cessação do contrato, pagar até metade da compensação devida ao trabalhador. Além deste FCT, entrou também em vigor o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), de cariz mutualista, que implica uma contribuição de 0,075% por parte das empresas e que visa assegurar parte das indemnizações não cobertas pelo FCT.

A 31 de Dezembro de 2020 a empresa detinha 21.124,81 unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho com o Valor de Mercado de 1,14699 por unidade.

Em 21 de Dezembro de 2018 a Unicâmbio adquiriu 4 Unidades de Participação da BlueCrow Innovation Fund II FCR por 200.000€. Este Fundo de Capital de Risco tem por objectivo promover investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) de base portuguesa, potenciar a valorização dos resultados de I&D e a transferência de conhecimento para o tecido económico, e proporcionar

um ambiente favorável para o desenvolvimento do ecossistema da inovação e do empreendedorismo. O seu valor de cotação de mercado em 31-12-2020 é de €192.264.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos nos ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados, apresentavam-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Titulos emitidos por Residentes:		
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	-	115 245,12
Reclassificação	-	(115 245,12)
Justo valor Titulos a 31 de Dezembro	-	-
Outros:		
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	213 425,77	208 235,11
Aquisições no período	12 184,48	11 670,08
Reembolsos no Período no período	(4 816,33)	(1 390,40)
Aumento (diminuição) no justo valor	(4 339,26)	(5 089,02)
Justo valor Outros a 31 de Dezembro	216 454,66	213 425,77

Os activos financeiros valorizados ao respectivo justo valor e os respectivos valores de custo e de mercado, em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram os seguintes:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Valor custo	Justo valor	Valor custo	Justo valor
Fundo de Compensação do Trabalho	26 232,04	24 190,66	18 863,89	19 981,77
Fundo de Capital de Risco BlueCrow	200 000,00	192 264,00	200 000,00	193 444,00
	226 232,04	216 454,66	218 863,89	213 425,77

7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem dois edifícios propriedade da Unicâmbio, cujo arrendamento acontece por força de relações contratuais prévias e decorrência de lógica de gestão patrimonial e/ou valorização do capital, não correspondendo, contudo, a uma verdadeira actividade do ponto de vista jurídico.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento e respectivas depreciações, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2020				
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições /Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-20
Prédio da Praça da Figueira	1 250 000,00	-	-	-	1 250 000,00
Prédio do Porto	405 232,65	-	-	-	405 232,65
	1 655 232,65	-	-	-	1 655 232,65

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2020

Depreciações	Saldo em 01-Jan-20	Reforço	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-20
Prédio da Praça da Figueira	(281 250,00)	(18 750,00)	-		(300 000,00)
Prédio do Porto	(121 042,86)	(48 361,70)	-	-	(169 404,56)
	(402 292,86)	(67 111,70)	-	-	(469 404,56)
	1 252 939,79				1 185 828,09

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-19
Prédio da Praça da Figueira	1 250 000,00		-	-	1 250 000,00
Prédio do Porto	405 232,65		-	-	405 232,65
	1 655 232,65	-	-	-	1 655 232,65

Depreciações	Saldo em 01-Jan-19	Reforço	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-19
Prédio da Praça da Figueira	(262 500,00)	(18 750,00)	-		(281 250,00)
Prédio do Porto	(72 681,30)	(48 361,56)	-	-	(121 042,86)
	(335 181,30)	(67 111,56)	-	-	(402 292,86)
	1 320 051,35				1 252 939,79

8. Outros Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-20
Imóveis de Serviço Próprio	476 630,89		-	361 603,86	838 234,75
Obras em Imóveis arrendados	2 769 783,52		(78 824,68)	143 011,65	2 833 970,49
Equipamento	2 357 492,05	95 687,52	(29 990,00)	7 496,61	2 430 686,18
Investimentos em curso	279 659,74	232 452,38		(512 112,12)	-
Direito de Uso - IFRS 16	2 699 867,32	276 201,21	(27 702,21)		2 948 366,32
	8 583 433,52	604 341,11	(136 516,89)	-	9 051 257,74

Depreciações acumuladas

	Saldo em 01-Jan-20	Reforço	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-20
Edifícios e outras construções	335 999,56	7 484,51		-	343 484,07
Obras em Imóveis arrendados	2 367 995,62	178 256,02	(78 824,68)	-	2 467 426,96
Equipamento	1 898 934,22	246 957,84	(29 990,00)	-	2 115 902,06
Direito de Uso - IFRS 16	945 096,03	742 422,64	(9 233,15)	-	1 678 285,52
	5 548 025,43	1 175 121,01	(118 047,83)	-	6 605 098,61
	3 035 408,09				2 446 159,13

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-19
Imóveis de Serviço Próprio	476 630,89		-	-	476 630,89
Obras em Imóveis arrendados	2 600 620,84	122 088,78	(59 691,84)	106 765,74	2 769 783,52
Equipamento	2 179 740,85	323 325,65	(163 320,69)	17 746,24	2 357 492,05
Investimentos em curso	80 104,26	324 067,46	-	(124 511,98)	279 659,74
Direito de Uso - IFRS 16	-	2 699 867,32	-	-	2 699 867,32
	<u>5 337 096,84</u>	<u>3 469 349,21</u>	<u>(223 012,53)</u>	<u>-</u>	<u>8 583 433,52</u>

Depreciações acumuladas

	Saldo em 01-Jan-19	Reforço	Abates/Aliena ções	Transferências	Saldo em 31-Dez-19
Edifícios e outras construções	330 142,79	5 856,77		-	335 999,56
Obras em Imóveis arrendados	2 241 352,41	186 335,05	(59 691,84)	-	2 367 995,62
Equipamento	1 743 841,84	318 413,07	(163 320,69)	-	1 898 934,22
Direito de Uso - IFRS 16	-	945 096,03		-	945 096,03
	<u>4 315 337,04</u>	<u>1 455 700,92</u>	<u>(223 012,53)</u>	<u>-</u>	<u>5 548 025,43</u>
	<u>1 021 759,80</u>				<u>3 035 408,09</u>

As alienações ocorridas durante os períodos de 2020 e 2019 resultaram em ganhos de 13.500 euros e 52.250 euros respetivamente. Estes ganhos encontram-se registados na rubrica “Resultados de alienação de outros activos”.

Os investimentos em curso no início do período respeitam a obras de desenvolvimento das agências da Praça da Figueira e do edifício Sá da Bandeira que entraram em funcionamento em 2020.

9. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos intangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-20
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	193 230,25	16 107,59	-	-	209 337,84
Outras activos intangíveis	137 409,84	-	-	-	137 409,84
	<u>330 640,09</u>	<u>16 107,59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>346 747,68</u>

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2020

Depreciações Acumuladas				
	Saldo em 01-Jan-20	Reforços	Abates / Alienações	Saldo em 31-Dez-20
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	(162 301,95)	(17 251,39)	-	(179 553,34)
Outras activos intangíveis	(137 409,84)	-	-	(137 409,84)
	(299 711,79)	(17 251,39)	-	(316 963,18)
	30 928,30			29 784,50

31 de Dezembro de 2019				
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Saldo em 31-Dez-19
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	145 610,11	47 620,14	-	193 230,25
Outras activos intangíveis	137 409,84	-	-	137 409,84
	283 019,95	47 620,14	-	330 640,09
Depreciações Acumuladas				
	Saldo em 01-Jan-19	Reforços	Abates / Alienações	Saldo em 31-Dez-19
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	(145 610,11)	(16 691,84)	-	(162 301,95)
Outras activos intangíveis	(137 409,84)	-	-	(137 409,84)
	(283 019,95)	(16 691,84)	-	(299 711,79)
	-			30 928,30

10. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

O detalhe dos Investimentos em Subsidiárias e Associadas é como segue:

Empresa	Sede	31/dez/20	31/dez/19
Subsidiárias:			
Unicambio, Ltd	Reino Unido	2.241	-
Unicambio, SRL	Bélgica	10.000	10.000
Unicambio, SARL	Marrocos	335.523	238.554
Unicâmbio Exchange and Money GmbH	Alemanha	62.600	-
		410.364	248.554
Associadas:			
Unitransfer - Casa de Câmbios, S.A.	Angola	198.159	419.829
Finpay Technology - Sistemas de Inovação, Lda.	Portugal	6.603	-
		204.762	419.829
		615.126	668.383

Subsidiárias

- A Empresa detém uma participação de 100% na Unicâmbio Ltd., com sede em Londres, Reino Unido. O capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 1.000 ações com o valor nominal de 10 libras cada.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

- Em Maio de 2018 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito marroquino, participada a 100%, com sede em Casablanca. O capital da Empresa de nome Unicambio SARL, AU, no valor de 2.000.000 Dirhams, composto por 20.000 acções, está totalmente subscrito e realizado.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

- Em Outubro de 2019 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito belga, participada a 100%, com sede em Bruxelas. O capital da Empresa de nome Unicambio SRL, no valor de 10.000,00 Euros, composto por 100 acções, está totalmente subscrito e realizado.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

- Em Setembro de 2020 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito alemão, participada a 100%, com sede em Frankfurt. O capital da Empresa de nome Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH, no valor de 250.000,00 Euros, composto por 250.000 acções, ainda não está totalmente realizado.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Associadas

- A Empresa detém uma participação de 49% na empresa Unitransfer – Casa de Câmbios, SA, com sede em Luanda, Angola. Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

- Em Dezembro de 2020 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito português, participada a 49%, com sede em Coimbra. O capital da Empresa de nome Finpay Technology – Sistemas e Inovação, Lda, no valor de 20.000 euros, está totalmente subscrito e realizado.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

As taxas de Câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras são as seguintes:

Final	2020	2019
Kwanza Angola (AOA)	798,42900	540,81700
Libra Esterlina	0,89903	0,85080
Dirham Marrocos (MAD)	10,90820	10,73410
Média	2020	2019
Kwanza Angola (AOA)	662,57385	407,99515
Libra Esterlina (GBP)	0,88970	0,87777
Dirham Marrocos (MAD)	10,78054	10,77376

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, as contas respeitantes à rubrica de investimentos em filiais apresentam os seguintes saldos:

31 de Dezembro de 2020						
Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital		
				Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Unicambio, Ltd	Reino Unido	11 331,21	100%	11 331,21	2 240,65	13 571,86
Efeitos das alterações cambiais				-	-	57,80
Subtotal				11 331,21	2 240,65	13 629,66
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio						-11 389,01
Valorização do Investimento na Unicâmbio LTD						2 240,65

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2020

Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital		
				Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Unicambio, SRL	Bélgica	10 000,00	100%	10 000,00	-	10 000,00
Efeitos das alterações cambiais				-	-	-
Subtotal				10 000,00	-	10 000,00
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio				-		
Valorização do Investimento na Unicâmbio SL				10 000,00		
Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital		
				Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Unicambio, SARL	Marrocos	361 758,83	100%	361 758,83	7 200,00	368 958,83
Efeitos das alterações cambiais				-	-	5 226,51
Subtotal				361 758,83	7 200,00	374 185,34
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio				-38 661,90		
Valorização do Investimento na Unicâmbio SARL				335 523,44		
Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital		
				Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH	Alemanha	250 000,00	100%	62 600,00	-	62 600,00
Subtotal				62 600,00	-	62 600,00
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio				0,00		
Valorização do Investimento na Unicâmbio				62 600,00		
Valorização do Investimento em filiais				410 364,09		

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a imputação dos capitais próprios e resultados da Unicambio Ltd apresenta-se como segue:

		BALANÇO		BALANÇO	
		31/12/2020		31/12/2019	
		GBP	Euros	GBP	Euros
Ativos	Não correntes	-	-	-	-
	Correntes	795,00	884,29	428,00	503,06
	Subtotal	795,00	884,29	428,00	503,06
Passivos	Não correntes	2 000,00	2 224,62	-	-
	Correntes	834,00	927,67	768,00	902,68
	Subtotal	2 834,00	3 152,29	768,00	902,68
Capital Próprio		(2 039,00)	(2 268,00)	(340,00)	(399,62)
% participação detida		100%	100%	100%	100%
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio		(2 039,00)	(2 268,00)	(340,00)	(399,62)
§38 e §39 da IAS 28		-	-	-	-

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2020

		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
		31/12/2020		31/12/2019	
		GBP	Euros	GBP	Euros
Actividade no ano	Rendimentos	-	-	-	-
	Gastos	(1 699,00)	(1 909,63)	(1 479,00)	(1 684,95)
	Resultado líquido	(1 699,00)	(1 909,63)	(1 479,00)	(1 684,95)
% participação detida		100%	100%	100%	100%
Imputação RL à Unicâmbio		(1 699,00)	(1 909,63)	(1 479,00)	(1 684,95)
§38 e §39 da IAS 28		(1 699,00)	(1 909,63)	(340,00)	(387,35)
Imputação RL à Unicâmbio		0,00	0,00	(1 139,00)	(1 297,61)

E da Unicambio SARL (Marrocos):

		BALANÇO		BALANÇO	
		31/12/2020		31/12/2019	
		MAD	Euros	MAD	Euros
Ativos	Não correntes	1 319 554,11	120 969,01	1 329 461,55	123 854,03
	Correntes	3 872 491,98	355 007,42	1 838 145,61	171 243,57
	Subtotal	5 192 046,09	475 976,43	3 167 607,16	295 097,60
Passivos	Não correntes	-	-	-	-
	Correntes	1 610 628,32	147 652,99	1 395 908,11	130 044,26
	Subtotal	1 610 628,32	147 652,99	1 395 908,11	130 044,26
Capital Próprio		3 581 417,77	328 323,44	1 771 699,05	165 053,34
% participação detida		100%	100%	100%	100%
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio		3 581 417,77	328 323,44	1 771 699,05	165 053,34

		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	
		31/12/2020		31/12/2019	
		MAD	Euros	MAD	Euros
Actividade no ano	Rendimentos	1 435 355,45	133 143,21	2 580 891,78	239 553,43
	Gastos	(1 625 636,73)	(150 793,66)	(2 416 071,80)	(224 255,15)
	Resultado líquido	(190 281,28)	(17 650,44)	164 819,98	15 298,27
% participação detida		100%	100%	100%	100%
Imputação RL à Unicâmbio		(190 281,28)	(17 650,44)	164 819,98	15 298,27

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2020

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as contas respeitantes à rubrica de investimentos em associadas apresentam os seguintes saldos:

31 de Dezembro de 2020							
Investimentos em empresas associadas	Sede	Capital da Participada (€)	Prestações Suplementares (€)	% participação	Partes de capital		
					Capital Realizado	Prestações Suplementares (€)	Total
Unitransfer – Casa de Câmbios, SA	Angola	1 594 960	739 622	49%	781 530,36	362 414,64	1 143 945,00
Efeitos das alterações cambiais					-	-	-87 120,60
Subtotal					781 530,36	362 414,64	256 824,40
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio							-58 664,91
Valorização do Investimento na Unitransfer							198 159,49

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capital da Participada (€)	Prestações Suplementares (€)	% participação	Empréstimos concedidos		
					Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Finpay Technology - Sistemas e Inovação, Lda	Portugal	20 000		49%	9 800,00	-	9 800,00
Subtotal					9 800,00	-	9 800,00
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio							-3 197,25
Valorização do Investimento na Finpay							6 602,75
Valorização do Investimento em associadas							204 762,24

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a imputação dos capitais próprios e resultados da Unitransfer apresenta-se como segue:

BALANÇO					
		31/12/2020		31/12/2019	
		AKZ	Euros	AKZ	Euros
Ativos	Não correntes	21 228 191,05	26 587,45	30 725 200,83	56 812,56
	Correntes	523 144 102,24	655 216,81	534 724 040,13	988 733,79
	Subtotal	544 372 293,29	681 804,26	565 449 240,96	1 045 546,35
Passivos	Não correntes	-	-	-	-
	Correntes	221 481 913,09	277 397,13	102 081 092,75	188 753,48
	Subtotal	221 481 913,09	277 397,13	102 081 092,75	188 753,48
Capital Próprio		322 890 380,20	404 407,13	463 368 148,21	856 792,87
% participação detida		49%	49%	49%	49%
Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio		158 216 286,30	198 159,49	227 050 392,62	419 828,51

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
		31/12/2020		31/12/2019	
		AKZ	Euros	AKZ	Euros
Actividade no ano	Rendimentos	445 025 589,59	671 661,87	435 854 512,08	805 918,66
	Gastos	(585 503 357,60)	-883 680,15	(745 620 888,85)	(1 378 693,51)
	Resultado líquido	(140 477 768,01)	(212 018,28)	(309 766 376,77)	(572 774,85)
% participação detida		49%	49%	49%	49%
Imputação RL à Unicâmbio		(68 834 106,32)	(103 888,96)	(151 785 524,62)	(280 659,68)

A Empresa é da opinião que não se encontram reunidas as condições que justifiquem a aplicação da Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29) - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias para o exercício que termina a 31 de Dezembro de 2020. Acresce igualmente que Angola deixou de reunir os requisitos para ser considerada uma economia hiperinflacionária.

11. Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica “Outros activos” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Outros Devedores	317 261,84	914 680,37
Rendimentos a Receber	650 056,58	45 492,02
Despesas com encargo diferido	343 970,41	470 118,31
Outras contas de Regularização	126 951,11	130 618,26
Ouro para Investimento	52 045,52	-
	<u>1 490 285,46</u>	<u>1 560 908,96</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(60 958,21)	(53 264,67)
	<u>1 429 327,25</u>	<u>1 507 644,29</u>

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Outros Devedores” apresenta-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Devedores Diversos - Cauções	42 993,83	50 023,83
Devedores Sub-Agentes WU	6 908,00	8 094,17
Devedores - Cobrança Duvidosa	14 149,55	14 149,55
Devedores - Wallets	78 209,35	100 261,46
Devedores por Serviços de Pagamentos	149 791,37	120 106,74
Outros Devedores	8 469,94	601 228,68
Saldos Devedores Fornecedores e Outros Credores	16 739,80	20 815,94
	<u>317 261,84</u>	<u>914 680,37</u>

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Despesas com Encargo Diferido” apresenta-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Seguros	88 036,65	119 176,71
Rendas pagas antecipadamente	130 938,46	132 726,95
Avenças e Honorários	6 259,98	25 904,89
Licenças e Outros Serviços Informáticos	72 244,07	83 910,43
Comissões, Juros e Garantias	6 742,69	7 992,94
Outros	39 748,56	100 406,39
	<u>343 970,41</u>	<u>470 118,31</u>

As perdas por imparidade respeitam a:

-Cartões Cash4Travel: traduz a redução para o seu Valor Realizável Líquido, visto que foram inutilizados dada a impossibilidade de os vender. Estes cartões obsoletos e/ou deteriorados mantêm-se em armazém da Empresa e aguardam oportunidade de destruição física.

- Devedores de Cobrança Duvidosa: após efetuadas todas as diligências para a cobrança de créditos considerados de cobrança duvidosa, e não existindo por parte do devedor qualquer pagamento ou estabelecido qualquer acordo para o pagamento, considerou-se existir evidência objetiva de risco alto na incobrabilidade dessa dívida, pelo que se procedeu ao registo contabilístico da respetiva perda por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, as perdas por imparidade acumuladas desdobram-se como segue:

Perdas por imparidades Acumuladas	31-Dez-20	31-Dez-19
Cartões Cash4Travel	47 705,31	47 705,31
Devedores Cobrança Duvidosa	11 720,11	5 559,36
Ouro de Qualidade duvidosa	1 532,79	-
	60 958,21	53 264,67

A variação das Perdas por imparidade acumuladas resulta do aumento da Imparidades de devedores de cobrança duvidosa líquida de reversões e recuperações de 6.160,75 euros, bem como de reforço de imparidade para o Ouro de Qualidade Duvidosa num valor de 1.532,79 euros, conforme apresentado na Demonstração de Resultados.

12. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Cartão de Crédito	2 231,44	1 972,24
Descobertos bancários contratados	44 926,33	194 769,23
	47 157,77	196 741,47

13. Provisões

No decorrer do exercício de 2017 foi reconhecida uma provisão de 308.100,00€ para cobrir uma responsabilidade potencial de contra-ordenações instauradas pela PSP – Núcleo de Segurança Provada.

Não obstante a pouca gravidade das infracções que lhe estão sendo imputadas, os montantes que as coimas podem atingir obrigam a que, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, se impute à Empresa um determinado risco de punibilidade pela prática das supracitadas infracções de forma a acautelar eventuais futuras responsabilidades que venham a ser reclamadas.

Face à fase em que se encontra o processo, em que tão somente foi apresentada defesa escrita, a Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de riscos, acautelam, com razoável segurança, os riscos potenciais que poderão ocorrer com o desenrolar daquele processo.

Em 2018 e atendendo a que não ocorreu uma decisão rápida, até por força de não dever acontecer uma apreciação individual de cada processo, dado que a conduta atinente a cada um deles foi a mesma, o que em última instância determinará, não uma coima individual mas uma sanção global por todas as infracções, ou pelo menos por grupo de infracções, e sempre em concurso, a Administração reviu a anterior provisão apurada e entendeu que seria razoável na presente fase do processo reduzir o risco para metade.

Não ocorreram quaisquer movimentos nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019.

	31-Dez-20	31-Dez-19
Saldo a 1 de Janeiro	154 050,00	154 050,00
Reforço no período	-	-
Reduções no período	-	-
Utilizações	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	154 050,00	154 050,00

14. Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Outros passivos” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Receitas com rendimento diferido	1 900 454,52	884,18
Outros Encargos a pagar	1 064 230,58	1 684 584,01
Outros Credores	3 235 565,79	2 796 379,56
	6 200 250,89	4 481 847,75

Cerca de 74 % do saldo da rubrica de credores por acréscimo de gastos corresponde ao registo de benefícios de empregados de curto prazo, tais como férias, subsídio de férias e correspondentes encargos, cujo direito, de acordo com a legislação laboral aplicável, vence a 31 de Dezembro de cada ano. Nesta rubrica estão igualmente incluídos o valor de um prémio a título de gratificação de balanço e de produtividade no valor de 301.500€.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Outros Credores” apresenta-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Sector Público Administrativo	327 273,11	304 330,07
Fornecedores de bens de locação financeira	80 672,93	116 129,68
Fornecedores de bens de locação operacional	1 481 199,12	1 752 934,17
Credores por fornecimentos de bens e serviços	905 770,31	618 798,46
Saldos Credores de Outros Devedores	440 650,32	4 187,18
	3 235 565,79	2 796 379,56

Handwritten signatures and initials:
D
A
J
[Signature]

O saldo para com o Sector Público Administrativo apresenta-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4 558,35	14 471,23
Retenção de Impostos na Fonte	138 227,55	108 850,22
Imposto de Selo	37 878,23	25 587,06
Segurança Social	145 668,59	154 205,99
Outros impostos e taxas	940,39	1 215,57
	327 273,11	304 330,07

15. Capital

Em 31 de Dezembro de 2020 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 200.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2020, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Caerinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda	51,80%	518.000
A.M.E.M.O.- Importação E Exportação, Lda	21,90%	219.000

16. Lucros Retidos e Outras Reservas

O Decreto-Lei n.º 298/92 que regula o exercício da actividade das sociedades financeiras estabelece que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em dezoito de Junho de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse distribuído da seguinte forma:

- 130.000,00 para Reserva Legal
- 960.000,00 para Reserva Especial por Lucros Retidos e Reinvestidos
- 201.438,74 para a rubrica Resultados transitados.

A 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica decompõem-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Reservas Legais	1 119 286,88	989 286,88
Reserva Especial por Lucros Retidos e Reinvestidos	4 409 119,33	3 449 119,33
Lucros Retidos	3 743 815,90	3 542 377,16
	9 272 222,11	7 980 783,37

O regime de dedução à coleta de IRC por lucros retidos e reinvestidos determina para os seus beneficiários a constituição de uma reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos. Esta reserva não pode ser distribuída aos sócios antes de decorrido um período de cinco exercícios contados a partir da sua constituição.

	31-Dez-20	
	Reserva Especial Por Lucros Retidos e Reinvestidos	Retida Até
Sobre Resultados de 2014	721 309,33	2020
Sobre Resultados de 2015	302 184,90	2021
Sobre Resultados de 2016	675 625,10	2022
Sobre Resultados de 2017	1 000 000,00	2023
Sobre Resultados de 2018	750 000,00	2024
Sobre Resultados de 2019	960 000,00	2025
	4 409 119,33	

17. Margem Financeira

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e encargos similares suportados		
Juros de empréstimos de Outras Instituições Crédito	517,05	16 821,27
Juros de Fomecedores de Imobilizado em Regime de Locação Financeira	1 526,35	2 508,07
Juros de Fomecedores de Imobilizado em Regime de Locação Operacional	42 417,44	53 660,89
	<u>44 460,84</u>	<u>72 990,23</u>
Margem Financeira	(44 460,84)	(72 990,23)

18. Rendimentos e Encargos de e com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Comissões sobre Serviços de Operações Cambiais ao Balcão	466 354,03	961 772,84
Comissões sobre Serviços Prestados de Transferência de Valores	3 968 500,88	4 541 484,92
Comissões sobre Outros Serviços Prestados	172 421,38	283 187,92
	<u>4 607 276,29</u>	<u>5 786 445,68</u>

Os encargos com serviços e comissões nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Comissões sobre Operações Cambiais	5 532,50	1 480,55
Comissões sobre Serviços Bancários de Terceiros	179 569,31	198 922,31
Comissões sobre Outros Serviços Prestados	357 084,66	427 597,03
Outras Comissões Pagas	-	42,30
	<u>542 186,47</u>	<u>628 042,19</u>

Handwritten signatures and initials:
D
CK
J
[Signature]

19. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)

A repartição dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, apresentam-se como segue:

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Activos financeiros valorizados ao justo valor	(66 824,30)	23 141,89	(43 682,41)	(47 206,08)	29 751,68	(17 454,40)
Passivos Financeiros	(828,18)	1 016,90	188,72	(12,15)	601,25	589,10
Apropriação de Resultados em Subsidiárias (Nota 10)	(17 650,44)	-	(17 650,44)	(281 957,29)	-	(281 957,29)
Apropriação de Resultados em Associadas (Nota 10)	(107 086,21)	-	(107 086,21)	-	15 298,27	15 298,27
	<u>(192 389,13)</u>	<u>24 158,79</u>	<u>(168 230,34)</u>	<u>(329 175,52)</u>	<u>45 651,20</u>	<u>(283 524,32)</u>

20. Resultados de Reavaliação cambial

Esta rubrica reflecte os resultados obtidos com a reavaliação cambial das divisas transaccionadas, e nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 as moedas com maior expressão apresentam-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Dólar dos Estados Unidos	1 159 881,64	3 979 970,88
Libra Esterlina	784 036,51	1 459 613,24
Real do Brasil	307 757,98	736 996,42
Franco Suíço	260 962,10	372 389,20
Restantes Moedas	1 164 055,53	2 677 225,62
	<u>3 676 693,76</u>	<u>9 226 195,36</u>

21. Outros Resultados de Exploração

A repartição dos resultados de exploração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Outros Encargos e gastos operacionais:		
Fraudes	(159 001,06)	(4 277,02)
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores	(8 010,36)	(3 491,78)
Quotizações e donativos	(4 673,35)	(13 484,68)
Outros não especificados	<u>(87 694,16)</u>	<u>(141 192,78)</u>
	<u>(259 378,93)</u>	<u>(162 446,26)</u>
Outros impostos	<u>(22 153,25)</u>	<u>(15 040,21)</u>
Rendas Obtidas de Locação Operacional	18 716,08	24 966,30
Outros Ganhos e Rendimentos:		
Indemnizações Contratuais	3 143,60	1 386,67
Subsídios para compensação despesas	293 642,74	5 183,96
Comparticipações em despesas	3 231,00	226 540,00
Outras	<u>299 842,78</u>	<u>23 453,21</u>
	<u>618 576,20</u>	<u>256 563,84</u>
	<u>337 044,02</u>	<u>104 043,67</u>

22. Custos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	324 050,00	286 500,00
Remunerações do pessoal	3 388 164,93	4 183 627,42
Indemnizações	259 007,03	11 584,75
Encargos sobre remunerações	559 433,73	731 958,35
Seguros	21 372,99	28 270,69
Gastos de acção social	12 572,56	12 000,07
Outros gastos com pessoal	17 341,84	54 916,94
	4 581 943,08	5 308 858,22

A empresa apresentou, no decorrer do exercício findo a 31 de Dezembro de 2020, um efectivo médio anual de cerca de 247 trabalhadores, que se decompõe da seguinte forma:

- Administradores	4
- Funcionários	243

23. Gastos Gerais Administrativos

A repartição dos gastos gerais administrativos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Gastos com fornecimentos		
donde Água, Energia e Combustíveis	195 532,13	230 188,17
donde Material de Consumo Corrente	71 920,79	94 418,73
donde Publicações	450,69	459,26
donde Material de Higiene e Limpeza	27 091,64	17 481,21
donde Outros fornecimentos de Terceiros	4 817,06	-
	299 812,31	342 547,37
Gastos com Serviços		
donde Rendas e Alugueres	1 296 140,70	3 035 161,90
donde Comunicações	281 489,57	247 521,84
donde deslocações, estadas e representação	331 456,58	634 664,36
donde Publicidade	68 357,02	110 286,62
donde Conservação e Representação	139 904,38	178 275,38
donde Formação do Pessoal	-	43,00
donde Seguros	157 141,39	164 174,94
donde Serviços Especializados	1 142 091,03	928 727,83
donde Outros Serviços de Terceiros	544,57	8 249,81
	3 417 125,24	5 307 105,68
	3 716 937,55	5 649 653,05

24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações detalham-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
	Gastos	Gastos
Propriedades de investimento	67 111,56	67 111,56
Activos fixos tangíveis	1 001 944,60	1 455 700,92
Activos intangíveis	17 251,39	16 691,84
	<u>1 086 307,55</u>	<u>1 539 504,32</u>

25. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17 % sobre a matéria colectável até 15.000 euros por se tratar de uma Pequena e Média Empresa, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% e uma Derrama Estadual de 3% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões e 7,5 milhões de euros, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não obstante, a Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a activos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal já paga e a pagar, relativa ao exercício de 2020 e ao exercício anterior, apresenta-se como segue:

	2020	2019
CARGA FISCAL IMPUTADA	53 811,66	373 704,11
CARGA FISCAL JÁ PAGA		
Pagamentos por Conta	-	294 954,00
Retenção na Fonte	4 277,04	6 494,07
CARGA FISCAL A PAGAR/RECEBER(-) NO FINAL PERÍODO	49 534,63	72 256,04

- Cálculo do imposto corrente não refletido nas contas:

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico	Obs,	31/dez/20	31-Dez-19
Resultado líquido do exercício		(1 238 845,08)	1 291 438,74
Gasto / rendimento de:			
Imposto Corrente		53 811,66	373 704,11
Imposto Diferido		(293 536,72)	-
Resultado antes de imposto	1	-1 478 570,14	1 665 142,85
Variações patrimoniais	2		
Diferenças permanentes	3	262 169,79	1 460 282,45
	4	181 393,57	1 330 453,62
Diferenças temporárias	5	-	-
	6	-	-
Lucro (prejuízo fiscal)	7 = 1+2+3-4+5-6	(1 397 793,92)	1 794 971,68
Dedução de perdas fiscais	8	-	-
Matéria colectável	9=7-8	(1 397 793,92)	1 794 971,68
Colecta (MC até 15,000 euros)		-	2 550,00
Colecta (MC superior a 15,000 euros)	10	-	373 794,05
Derrama Estadual		-	8 849,15
Benefícios por dedução à colecta	11	-	96 000,00
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	12	53 811,66	57 586,33
Ajustamentos à colecta - derrama	13	-	26 924,58
Imposto sobre o rendimento do período	15=10-11+12+13+14	53 811,66	373 704,11
Taxa de imposto aplicável	16=15/7	3,85%	20,82%
Taxa efectiva de imposto	17=15/(1+2)	3,64%	22,44%

- Ativos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de Dezembro de 2020				
	Saldo em 01-Jan-20	Constituição		Reversão	
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios
Activos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	-	293 536,72	-	-	-
	-	293 536,72	-	-	-
					Saldo em 31-Dez-20
					293 536,72
					293 536,72

(i) Prejuízos fiscais

De acordo com a declaração fiscal da Empresa, os prejuízos fiscais reportáveis e os correspondentes ativos por imposto diferidos, em 31 de dezembro de 2020, foram como segue:

	31-Dez-20		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Ano limite de utilização
Resultados de 2020	1 397 793,92	293 536,72	2032
	1 397 793,92	293 536,72	

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas na data de balanço. A taxa de imposto associada a prejuízos fiscais que foi considerada para o cálculo dos impostos diferidos é de 21%.

Por se tratar de uma Média Empresa, os prejuízos gerados em 2020 terão período de reporte de 12 anos.

26. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a Empresa não efectuou transacções com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2020.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração que, nos termos do art. 447 do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de acções nominativas apresentam-se como segue:

Paulo Jerónimo – 103.600 acções (por intermédio da Caeirinvest – Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda)

Carlos Lilaia – 43.000 acções

Nos termos do art. 448 do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de mais de 10% do capital social os seguintes accionistas:

Caeirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda – 103.600 acções

Carlos Lilaia – 43.000 acções

A.M.E.M.O – Importação e Exportação, SA - 43.800 acções

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66A do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31/dez/20	31/dez/19
Revisão legal de contas	7 995,00	7 995,00
Outros Serviços	-	13 407,00
Saldos por liquidar	3 997,50	1 722,00

28. Subsídios à Exploração

Nos períodos de 2020 a Empresa aderiu às medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia COVID 19 através da Segurança Social.

Os valores atribuídos em 2020 pela Segurança Social a título de apoio ao Lay-off Simplificado foram 292.342.74 euros.

De referir igualmente que o valor correspondente à isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social foi de 104.000 Euros.

29. Impacto da pandemia Covid-19

29.1 – Impacto operacional

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia COVID-19, que se traduziu como um evento de contingência global sem precedentes e afetou de forma significativa praticamente todas os sectores da atividade económica, fosse pelas limitações no desempenho e no padrão de consumo e de investimento, fosse pelas restrições significativas na forma de operar de quase todos os sectores da economia. Face a este contexto, a empresa teve de se adaptar e redimensionar. A operacionalidade da empresa, sem negligenciar a proteção de clientes e colaboradores, foi assegurada através da ativação de planos de contingência para a continuidade do negócio, que implicaram o recurso ao teletrabalho por canais remotos, quando possível, a distribuição/instalação de materiais de proteção, ajustamentos dos horários de atendimento e a regras de ocupação de espaços e de movimentação dos mesmos, cumprindo todas as recomendações da DGS nos edifícios e instalações da empresa e demais recomendações legais impostas pelo Estado Pandémico vivido em Portugal.

29.2 – Impacto no Investimento

A atividade da Unicâmbio, muito dependente do turismo, do fluxo transacional de pessoas, da imigração e emigração, entre outros, foi uma das atividades mais afetadas.

Este facto teve a consequência direta desses efeitos nos resultados da Empresa, por um lado pelo facto de alguns dos estabelecimentos da Unicâmbio estarem parcial ou totalmente encerrados nos períodos de confinamento, por outro por todas as consequências económicas das restrições impostas pelo Governo, o ano 2020 ficou marcado como um ano de contraciclo no investimento habitual da Unicâmbio.

Na sequência de utilização de critérios de prudência na avaliação das perspetivas futuras e na gestão das expectativas, a tendência de aumento nos investimentos habituais efetuados pela Empresa, seja na abertura de novas lojas, como de aquisição de novos equipamentos, não se verificou este ano. Por conseguinte, a aquisição de ativos fixos apresentou uma variação negativa substancial de 441.341,99 euros (-57,36%) face a 2019.

	Aquisições		
	2019	2020	Δ 2019/2020
Obras em Imóveis arrendados	122 088,78	-	
Equipamento	323 325,65	95 687,52	
Investimentos em curso	324 067,46	232 452,38	
	769 481,89	328 139,90	-57,36%

Do investimento em equipamento, cerca de 13.500 euros dizem respeito à compra de computadores portáteis para o teletrabalho dos colaboradores e cerca de 35.000 euros para equipamento de reforço da segurança das lojas.

29.3 – Impacto no Volume de Negócios

A atividade da Unicâmbio, fortemente condicionada pela pandemia, teve um decréscimo de 28,21% no número de operações, sendo o impacto mais significativo, como seria de esperar, na atividade mais dependente do fluxo de turismo, a cambial nomeadamente, com uma variação negativa face a 2019 de cerca de 66,7%.

De realçar igualmente que o ano de 2020 ficou marcado pela quebra abrupta e acentuada de 43,35 % do Volume de Negócios face a 2019.

Exploração Mensal - Mapa de Análise VOLUME NEGÓCIOS

Volume de Negócios	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
2019	1 024 154	911 437	1 117 811	1 181 621	1 320 141	1 269 476	1 488 065	1 459 318	1 478 669	1 228 190	1 193 412	1 381 823	15 054 118
2020	1 108 694	1 043 980	626 212	552 628	618 575	470 112	550 871	632 440	838 517	706 399	593 506	786 038	8 527 973
Δ 2020/2019	8,25%	14,54%	-43,98%	-53,23%	-53,14%	-62,97%	-62,98%	-56,66%	-43,29%	-42,48%	-50,27%	-43,12%	-43,35%

29.4 – Impacto ao nível dos Gastos

Para contrariar o impacto da pandemia nos resultados da empresa, e garantir um maior equilíbrio económico e financeiro das contas de 2020, foram realizadas ações significativas no sentido de contenção e renegociação de gastos. Pese embora a quebra dos gastos não

seja proporcional à quebra dos rendimentos, verificaram-se poupanças significativas em algumas rubricas dos gastos Gerais Administrativos num total de -34,21 % :

Devido ao reforço das medidas de higiene, distanciamento social e desinfestação das lojas e sede, entre outras, incorreu-se em custos adicionais associados directamente ao impacto da pandemia COVID-19, como sejam a compra de material de proteção e serviços de limpeza, resultando num aumento de gastos na ordem dos 55 %, mas que em termos absolutos não tem materialidade.

Outra das rubricas em que se verificou um aumento significativo face a 2019 foi a de Serviços Especializados em cerca de 22,97%, em grande parte devido ao aumento dos custos com a informática a par de medidas específicas de vigilância e de Consultoria/Assessoria.

Na redução de gastos, destaque para poupanças registadas em rubricas como deslocações, estadas e representações, água e energia, publicidade e conservação e reparações.

Os gastos de energia e fluídos apresentam em 2020 uma variação de -15,06% em relação a 2019, o que é explicado pelo menor fluxo de atividades presenciais resultado do impacto e das medidas emergentes implementadas pelo Estado de Emergência.

Os gastos de deslocações e estadas, em 2020 apresentam uma diminuição em relação ao período homólogo de -47,7%, devido à quebra acentuada da atividade da empresa e às restrições de circulação no território nacional.

Para além da redução dos restantes gastos assinalados acima, o efeito mais significativo está relacionado com a negociação das rendas de imóveis permitindo uma elevada poupança.

29.5 – Continuidade das Operações

A atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor dimensão dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos da COVID 19.

Ainda que considerando o contexto de incerteza que resulta do impacto da pandemia no âmbito económico atual, com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, como quanto ao valor dos ativos da empresa à data do fecho de contas, considera-se que a continuidade da empresa não está posta em causa no curto prazo.

30. Outras Informações

30.1 - Compromissos assumidos

Em 31 de Dezembro de 2020, a empresa tem as seguintes garantias activas na Central de Responsabilidades de Crédito:

Nível de responsabilidade	Produto Financeiro	Tipo Garantia		Garantias
Crédito Individual	Crédito renovável - conta corrente bancária	0100	Fiança/Aval	500 000,00
Crédito Individual	Facilidades de Descoberto	0100	Fiança/Aval	1 100 000,00
Crédito Individual	Locação financeira mobiliária	0100	Fiança/Aval	231 977,05
				<u>1 831 977,05</u>
Crédito Individual	Outros Avals e garantias prestados	0100	Fiança/Aval	585 446,52
				<u>2 417 423,57</u>

30.2 - Resumo das Responsabilidades de Crédito relativas a 31 de Dezembro de 2020

Em 31 de Dezembro de 2020, a empresa apresenta os seguintes saldos na Central de Responsabilidades de Crédito:

Produto Financeiro	Montante em Dívida			N.º Produtos	Produtos C/ Garantia
	Total	Em Incumprimento	Montante Potencial		
Cartão de crédito - com período de free-float	2 231,44	-	32 768,56	2	0
Crédito renovável - conta corrente bancária	-	-	1 000 000,00	2	2
Facilidades de Descoberto	-	-	1 000 000,00	1	1
Locação financeira mobiliária	65 587,72	-	-	4	4
Outros Avals e garantias prestados	-	-	574 593,42	37	37
	67 819,16	-	2 607 361,98	46	44

30.3 - Partes Relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31/dez/20	31/dez/19
Prestação de serviços	8 400,00	14 400,00
Empréstimos Concedidos	9 440,65	64 678,04
Prestações Suplementares	-	362 414,64
Realização Capital	184 204,11	10 000,00
Comissões Recebidas	25 013,13	136 463,41
Serviços adquiridos	57 081,15	127 748,28
	284 139,04	715 704,37

Saldos	31/dez/20	31/dez/19
Contas a receber	-	1 857,64
Contas a pagar	-	11 069,67
Empréstimos concedidos	82 941,39	73 500,74
	82 941,39	86 428,05

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

São entidades relacionadas da Unicâmbio, em 2020, as sociedades designadas a seguir:

- Desenvolvest – Desenvolvimento e Gestão Lda
- Moneycall – Serviços de Telecomunicações, Lda
- VerdeVento – Organização de Eventos e Serviços, Lda
- Unitransfer – Casa de Câmbios, SA
- Caeirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda
- Unicâmbio, Ltd
- UniCâmbio, SARL – AU
- Sweet and Happy Apartments, Lda
- Maria Conceição Seixas Jerónimo
- Unicambio, SRL – Bélgica – Ainda sem atividade aberta
- Finpay Technology – Sistemas e Inovação, Lda
- Ucambio Exchange & Money Transfer, GmbH - Ainda sem atividade aberta

30.4 Activos e Passivos em Moeda Estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o montante global dos elementos do activo e dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira convertidos em Euros distribuem-se como segue:

- Activo: O valor global de balanço dos activos expressos em moeda estrangeira e convertidos em euros com base no “câmbio fixing” à data de encerramento do exercício, ascende a 4.517.639 €, distribuídos da seguinte forma:

Activo	2020		2019	
	Moeda Estrangeira	Euro	Moeda Estrangeira	Euro
Notas e Moedas estrangeiras	448 722 644	2 152 358	729 705 485	3 369 417
Depósitos à ordem	4 040 450	3 241 197	574 656	436 921
Notas e Moeda à guarda terceiros	32 854	26 733	52 513	52 919
Participações Financeiras	298 010 000	1 154 620	298 010 000	658 383
Total	750 805 948	6 574 908	1 028 342 654	4 517 639

Em que as moedas com maior expressão representam em euros:

Moeda Estrangeira	2020	2019
	Euro	Euro
USD (Dólar Americano)	3 958 484	1 496 693
GBP (Libra Esterlina)	355 804	631 202
BRR (Real do Brasil)	7 815	45 555
AOA (Kwanza Angola)	809 660	449 773
CHF (Franco Suíço)	152 226	262 630
Restantes Moedas	1 290 920	1 631 786
Total	6 574 908	4 517 639

- Passivo: O valor de Passivo expresso no Balanço em moeda estrangeira e convertido em Euros com base no “câmbio fixing” à data de encerramento do exercício, encontra-se distribuído da seguinte forma:

Passivo	2020		2019	
	Moeda Estrangeira	Euro	Moeda Estrangeira	Euro
Fornecedores	-	-	7 311	8 593
Total	-	-	7 311	8 593

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Dominicus Patricio Pte

[Signature] Jan 1/22
[Signature]

15. ANEXOS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

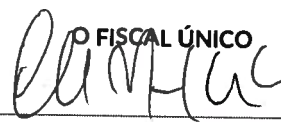
Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2020, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de abril de 2021

O FISCAL ÚNICO


OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRÊNHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 14.586.670 euros e um total de capital próprio de 8.135.105 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.238.845 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado Covid-19, como pandemia. A disseminação da doença provocou uma contração súbita da atividade económica, com impactos significativos a nível nacional e internacional, e efeitos negativos nas perspetivas de evolução

1 de 4

futuras da economia. Este contexto aumenta o grau de incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Os impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da Entidade, encontram-se divulgados na nota 29 das Notas anexas às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

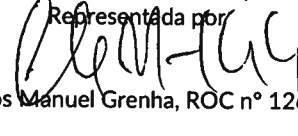
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2021

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

EXTRATO DA ACTA Nº 51 (Cinquenta e um)

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, reuniu na na respetiva sede social sita no Aeroporto de Lisboa, Rua C, Edifício 124, 5º Piso em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da sociedade Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A., com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 870 206 e com o capital social de um milhão de euros, encontrando-se presente ou representada a totalidade do Capital Social.-----

Os elementos de prova da qualidade de Acionistas ou Representantes, a Lista de Presenças e demais documentos anexos, encontram-se depositados em dossier relativo a esta Assembleia e instruem a presente Acta, aqui se dando por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais. -----

A Assembleia Geral foi dirigida pelo respetivo Presidente da Mesa, Dr. José Aleixo Soares, acompanhado pela Secretária da Mesa, D. Ana Maria Maricato, estando ainda representado o Fiscal Único da sociedade pelo Dr. Carlos Manuel Grenha.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, após ter verificado a identidade dos presentes e seus poderes para participar na Assembleia, constatou terem sido cumpridas todas as formalidades inerentes à mesma, nomeadamente todos os Acionistas terem manifestado a vontade de se reunirem em Assembleia Geral sem obediência a formalidades prévias, nos termos e ao abrigo do art. 54º do Código das Sociedades Comerciais e em consequência terem fixado a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020; -----

Ponto Dois – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados; -----

.....

Iniciando-se os trabalhos da presente Assembleia Geral e não existindo qualquer assunto antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Acionista e Administrador Dr. Carlos Lilaia tendo o mesmo, em conformidade com o Ponto Um, procedido à apresentação do Relatório de Gestão e das Contas relativas ao exercício de 2020, documentos na posse e de conhecimento de todos os presentes. Entre os pontos constantes do referido relatório, destacou as consequências da pandemia de Covid-19 na evolução recente da Economia, do sector turístico, com os inerentes reflexos na atividade da sociedade.-----

De seguida, o Presidente do Conselho de Administração e representante da acionista Caerinvest, Sr. Paulo Jerónimo, complementou a exposição anterior, apresentando vários dados da atividade, que são reflexo e se acham afetados pela conjuntura negativa do exercício; tendo, não obstante, salientado que haveria vários pontos a dar destaque pela positiva, entre outros, a bem

sucedida renegociação de contratos, designadamente o acordado com a Western Union, e o dinamismo do programa de internacionalização da sociedade. -----

Finalmente, usou da palavra o Administrador da sociedade Dr. João Matos Cruz que, por teleconferência, apresentou novo contributo sobre o exercício de 2020 da Unicâmbio, tendo, a propósito, procedido à apresentação de um conjunto de indicadores de gestão.-----

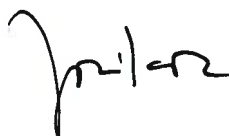
Após alguns esclarecimentos e trocas de impressões, foram postos à votação o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020 tendo sido, ambos os documentos, aprovados por unanimidade. -----

--- Passando-se ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração, donde constava um Resultado Líquido de € -1.238.845,08 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e oito cêntimos, negativos) a ser transferido, na íntegra, para a conta de Resultados Transitados. Posta à votação esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

.....

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Acta, que depois de lida e achada conforme por todos os presentes, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

UNICÂMBIO
INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
A Administração



LISTA DE PRESENCAS

ANEXA À ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 28 DE ABRIL DE 2021

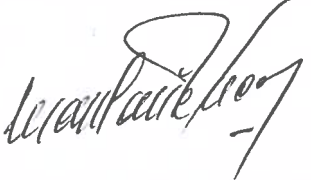
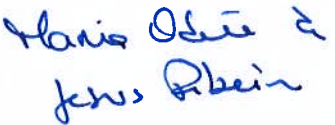
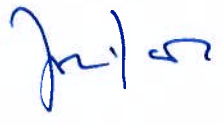
Da

UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Sede Social: Aeroporto de Lisboa, Rua C, Edifício 124, 5º Piso, 1700-008 Lisboa

Capital social: 1.000.000 Euros

Matriculada na conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º 502 870 206.

ACCIONISTA	ACÇÕES / VOTOS	ASSINATURAS
CAEIRINVEST – Investimentos e Participações, Unipessoal, Lda. Estrada da Malveira, Quinta da Caeira, n.º.2194, Cascais Representada por Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo	103.600 ações - 103.600 votos	
José Carlos Pereira Lilaia Rua da Glicínias, n.º33, Aldeamento Vale de São Gião, Milharado	43.000 ações - 43.000 votos	
Manuel Maria Ricardo Rua Pascol de Melo, n.º7 – 2ºFte. Esq., Lisboa	8.600 ações - 8.600 votos	
A.M. & M.O. – Importações e Exportações, Lda. Lagoas Park, Lote 2, Edifício 8, 1º, Porto Salvo Representada por Maria Odete Ribeiro	43.800 ações - 43.800 votos	
Joana Luis Lilaia Edifício Varandas da Lezíria, Rua Dr. Vasco Moniz, 15 – 2ª A, Vila Franca de Xira Representada por José Carlos Pereira Lilaia	300 ações - 300 votos	

Filipa Luis Lilaia Rua Dr. Vasco Moniz, 18 – 2ª Dto., Vila Franca de Xira Representada por José Carlos Pereira Lilaia	300 ações - 300 votos	
Yolanda Maria Ricardo Jerónimo Estrada da Malveira, Quinta da Caeira, nº.2194, Cascais Representada por Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo	150 ações - 150 votos	
José Augusto Aleixo Soares Rua Agostinho Neto, 30 – 3º, Lisboa	-	
Ana Maria Colaço Norvick Martins Peralta Maricato Praceta Dr. Arlindo Vicente, n.º8 – 1º Dto. Almada	-	